

## Sumário

<b>VEÍCULO: Valor Econômico.....</b>	<b>3</b>
Título: Presidente eleito do Paraguai diz que condições europeias são “muito duras” .....	3
Título: Queda no preço da gasolina tira 0,5 ponto do IPCA.....	4
<b>Título: Mudança célere na política de preços da Petrobras é vista como vitória de Alexandre Silveira .....</b>	<b>7</b>
Título: Petrobras muda política e mantém incertezas.....	9
<b>Título: Estatal vai oscilar entre agradar cliente e garantir lucro, diz Prates .....</b>	<b>13</b>
Título: Para Cosan, proposta da Petrobras cai no “caminho correto” .....	15
Título: Debenturistas da Light recorrem contra RJ .....	17
Título: Energia vai ao mercado para bancar expansão .....	19
Título: Combustíveis têm menores preços do ano após reajustes .....	20
<b>Título: Apesar de pouco transparente, Petrobras atende regras .....</b>	<b>22</b>
Título: Análise: Anúncios da Petrobras têm impacto limitado sobre setor de etanol .....	24
Título: Faltam bons argumento para mudar a privatização da Eletrobras .....	26
<b>VEÍCULO: Estado de SP.....</b>	<b>28</b>
<b>Título: Coluna do Estadão: Julia Lindner com Gustavo Côrtes .....</b>	<b>28</b>
Título: O flerte da Petrobras com o atraso .....	30
<b>Título: Petrobras muda regra de preços e cresce o risco de ingerência .....</b>	<b>32</b>
Título: Venezuela quer pagar o Brasil com petróleo e energia, diz Mercadante.....	34
Título: Papéis da estatal fecham o dia em alta na Bolsa.....	34
Título: Nova política causará prejuízo’, diz ex-chefe da Petrobras .....	35
Título: Especialistas veem risco maior de ingerência política nos preços .....	36
<b>Título: Análise Alexandre Calais: Gestão petista muda política de Temer que pôs estatal de volta aos trilhos .....</b>	<b>38</b>
<b>VEÍCULO: Folha de SP.....</b>	<b>39</b>
Título: Barulho na Petrobras .....	39
Título: O efeito da gasolina na inflação.....	41
Título: Mudança de preço é pequena, na teoria; questão vai ser a prática .....	43
Título: A gasolina e o ‘efeito picanha’ .....	45
<b>Título: Painel: Fábio Zanini .....</b>	<b>46</b>
<b>Título: Nova regra e governo serão testados quando petróleo ficar mais caro, afirmam especialistas .....</b>	<b>47</b>
<b>Título: Petrobras reduz preços de combustível e muda política .....</b>	<b>50</b>

Título: Ação da Petrobras sobe; mercado espera definição mais clara sobre política .....	53
<b>VEÍCULO: O Globo.....</b>	<b>55</b>
Título: Ações da Petrobras sobem 2,5 % com nova política .....	55
Título: Na bomba, gasolina deve cair 8%, estimam analistas .....	57
Título: Manchete: Petrobras muda política e reduz preço de combustíveis .....	59
<b>VEÍCULO: Correio Braziliense.....</b>	<b>62</b>
Título: Petrobras diz que preço médio da gasolina deve cair para R\$ 5,20.....	62

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 17/05/2023****Seção: Brasil****Autor: Fabio Murakawa****Título: Presidente eleito do Paraguai diz que condições europeias são "muito duras"**

Negociadores do Mercosul, liderados pelo Brasil, já sinalizaram à UE que o bloco rejeita a inclusão de sanções no documento adicional de compromissos ambientais

O presidente eleito do Paraguai, Santiago Peña, disse nesta terça-feira ser favorável a um acordo comercial entre Mercosul e União Europeia (UE). Mas, alinhando-se à posição brasileira, afirmou que as condições impostas pelos europeus na área ambiental são "muito duras para uma região do mundo que precisa se desenvolver".

Negociadores do Mercosul, liderados pelo Brasil, já sinalizaram à UE que o bloco rejeita a inclusão de sanções no documento adicional de compromissos ambientais. Essa negociação é vista como crucial para facilitar a aprovação na Europa do acordo entre as duas regiões.

Eleito em 30 de abril, Peña esteve nesta tarde no Palácio do Planalto, onde se encontrou com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E falou com a imprensa após o encontro.

"Nós estamos a favor desse acordo e também compartilhamos da visão do Brasil de que algumas restrições, principalmente em termos ambientais, são muito duras para uma região do mundo que precisa se desenvolver. E precisa se desenvolver sendo cuidadoso com o meio ambiente", disse Peña. "Eu sou muito consciente do desafio que o Paraguai tem nesse sentido. O Paraguai é um país muito grande, que está se desenvolvendo. Mas temos que fazê-lo em função

também dos interesses do Paraguai, dos paraguaios e de todos os países do Mercosul."

Questionado sobre um possível reingresso da Venezuela ao Mercosul, Peña disse que não conversou com Lula sobre o tema, que será tratado na próxima reunião do grupo, em agosto. Mas afirmou que não imporá condições para restabelecer as relações do Paraguai com o país governado pelo chavista Nicolás Maduro.

"Restabelecer as relações com a Venezuela é uma decisão que anunciei antes das eleições. Nós sempre tivemos relações com o povo da Venezuela, através de seu país. Mas isso não impede que tenhamos uma posição crítica ante a ausência do respeito aos direitos humanos e à realização de eleições. Nesse sentido, nós não colocamos condições para restabelecer. Nós vamos restabelecer", disse. "Falei com presidente Maduro por telefone. Comuniquei por telefone minha decisão de restabelecer relações e trabalhar no processo de integração de nossos países."

Peña também foi questionado sobre a revisão do anexo C do tratado de Itaipu, que trata dos termos financeiros e dos parâmetros para a comercialização de energia dentro do acordo. Cinco décadas após a construção da usina, entre outros pontos a serem negociados, expira obrigatoriedade dos paraguaios de vender o excedente energético para o Brasil.

O futuro presidente paraguaio, no entanto, afirmou querer uma discussão mais ampla com o Brasil, que extrapole interesses rentistas.

"Nossa visão é como desenvolver o Paraguai, não com uma política rentista, vendendo a energia, mas utilizando a energia. O Paraguai tem o desafio de utilizar a energia. Mas, além da utilização da energia, Itaipu pode ser uma fonte de desenvolvimento", disse.

"Há 50 anos, o objetivo do tratado foi construir e pagar uma hidroelétrica; 50 anos depois, se cumpriu esse objetivo. Agora, a pergunta é o que queremos para os próximos 50 anos. E a proposta do Paraguai é que Itaipu seja uma fonte de desenvolvimento no processo de integração."

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 17/05/2023**

**Seção: Brasil**

**Autor: Alessandra Saraiva e Rafael Rosas**

**Título: Queda no preço da gasolina tira 0,5 ponto do IPCA**

Decisão da Petrobras deve trazer alívio para maio e junho, porém, não deve ter impacto no resultado anual, dizem especialistas

Os recuos em preços de combustíveis anunciados nesta terça-feira (16) nas refinarias e distribuidoras pela Petrobras devem ajudar a reduzir inflação mensal apurada pelos principais indicadores inflacionários do país: no IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e nos IGPs da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

No caso do IPCA, o anúncio da Petrobras vai gerar decréscimo total de cerca de 0,51 ponto percentual nas taxas de maio e de junho, juntas. Mas não deve alterar resultados de IPCA e de IGPs para taxa anual, de 2023. Isso porque a mudança na alíquota de ICMS para gasolina, a partir de junho, deve conduzir a aumento de dois dígitos no preço do combustível que “compensaria”, no resultado anual inflacionário, o impacto benéfico, na inflação, das quedas divulgadas ontem, segundo o economista da FGV e analista de inflação responsável pelos IGPs, André Braz.

Ontem, a Petrobras informou quedas de 12,7% no preço do litro do diesel; de 12,5% no preço do litro gasolina; e de 21,42% no preço do botijão de 13 quilos - nas refinarias e distribuidoras. As reduções valem a partir de hoje.

Ao comentar sobre os impactos desses recuos nos resultados das taxas inflacionárias, Braz frisa que esses são diferentes ao se projetar resultados para desempenho mensal e anual. No mensal, no caso do IPCA, a queda em gasolina anunciada hoje deve gerar decréscimos de 0,21 ponto percentual no total do IPCA de maio e de 0,21 ponto percentual no IPCA de junho.

“O peso da gasolina é de 5% do orçamento e no total do IPCA. A cada um por cento de queda, a gasolina recua 0,05 ponto percentual [no IPCA]”, frisa. “Mas não podemos considerar que essa queda de 12,5% será repassada integralmente na bomba [nos postos de gasolina]”, diz, lembrando que o recuo foi nas refinarias. “Calculamos que chegará um recuo em torno de 8,5% nas bombas [ao consumidor]. Então podemos ter um recuo de 0,42 ponto percentual no total do IPCA, sendo 50% disso em maio e 50% em junho”, explica.

Porém, ao ser questionado sobre impacto dos reajustes na taxa anual do IPCA de 2023, ele ressalta que não se sabe qual será o aumento exato no preço da gasolina, a partir de junho, devido à unificação de alíquota de ICMS para esse combustível. O especialista lembra que a alíquota de ICMS de gasolina e de álcool anidro vai aumentar para R\$ 1,22 o litro a partir de junho. “Eu estimo uma alta

em torno de 10% [no preço da gasolina nas bombas por causa de ICMS], mas alguns analistas apostam em aumento de 12%, de 15%.”

Assim, na prática, o recuo anunciado no preço da gasolina pode ajudar a “contrabalançar” o aumento esperado nesse combustível em junho; e não mexer tanto com projeção para IPCA anual de 2023. “Eu acho que o IPCA ainda vai encerrar em 6% neste ano”, diz o técnico. “O que acontece em gasolina acaba definindo o IPCA.”

Mas a gasolina não é o único combustível a ajudar na formação do IPCA. No caso do botijão de gás, com peso de 1% no total do indicador, o impacto projetado por Braz é de 0,09 ponto percentual (p.p.) de decréscimo nas taxas do IPCA de maio e de junho, sendo -0,04 p.p. em maio e -0,05 p.p. em junho.

No caso do diesel, Braz comenta que esse combustível pesa muito pouco no IPCA, apenas 0,25% do total do indicador. “O impacto maior do diesel mais barato é indireto”, diz, comentando que a medida ajuda a diminuir tarifa de transporte urbano e rodoviário, além de baratear fretes.

Para o economista-chefe da G5 Partners, Luiz Otávio de Souza Leal, o impacto imediato das reduções de combustíveis sobre o IPCA será de 0,4 ponto percentual. Mas ele ressalta que os recuos anunciados nesta terça-feira já estavam no radar de diversos economistas e bancos.

“A questão é que muita gente, eu incluído, já tinha considerado isso ou esperava que viesse algo nesse sentido”, diz Leal, que já havia reduzido sua expectativa para o IPCA no fim do ano de 6,10% para 6% e manteve a projeção ontem.

Para ele, “era óbvio” que viria alguma redução nos preços depois que a Petrobras falou em mudar a Paridade de Preço de Importação (PPI) em um momento em que a defasagem era de 10% a 15% frente ao preço internacional. “Era óbvio que ia sair alguma redução, a questão era quando. No meu caso, veio no meio do caminho. Não mudou muito minha percepção.”

Leal destaca que a nova política de preços pode ajudar a controlar a inflação, mas não no sentido de segurar movimentos de alta. Segundo ele, a nova forma de cálculo deve tornar mais recorrente o movimento de baixa, mas isso não significa que necessidades de elevação serão contidas. “A diferença vai ser não na velocidade [dos movimentos], mas no próprio cálculo, com mais viés de baixa”, frisa.

Com os recuos de gasolina e de GLP, Braz também espera aprofundamento de deflação nas taxas mensais dos IGPs. Isso porque o recuo desses combustíveis

deve afetar mais o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que tem peso de 60% nos IGPs. A estimativa é de impactos de baixa de 0,15 p.p. para os preços do atacado de maio; e de 0,15 p.p. para junho. No caso do diesel, o impacto será de recuo de 0,43 p.p. para os IPAs de maio e de junho. Todas essas influências, reunidas, podem gerar impacto de cerca de 0,7 nos IPAs de maio e de junho, ou -0,35 p.p. a cada mês. “Os IGPs nas taxas mensais já estão em deflação [mensal] e isso deve aprofundar mais”, diz Braz.

Acesse tudo o que precisa saber sobre empresas da B3 em um único lugar! Dados financeiros, indicadores, notícias exclusivas e gráficos precisos - tudo para ajudar você a tomar as melhores decisões de investimento

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 17/05/2023**

**Seção: Política**

**Autor: Andrea Jubé**

**Título: Mudança célere na política de preços da Petrobras é vista como vitória de Alexandre Silveira**

Ministro de Minas e Energia travou queda de braço com o presidente da estatal, que também recebeu a missão de acabar com a política de paridade de importação

O anúncio da Petrobras nesta terça-feira (16) de que sua diretoria aprovou a nova estratégia comercial para definição de preços da gasolina e do diesel comercializados por suas refinarias, em substituição à política de paridade de importação (PPI), antes de completar o quinto mês de governo traduz-se em vitória política do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, que ganhou mais pontos junto ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Leia mais:

Silveira é afilhado político do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e vem sendo elogiado pelo presidente em conversas internas desde o início da gestão. Silveira e o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, receberam de Lula a mesma missão de acabar com o PPI, mas travaram uma queda de braço no meio do caminho.

Egresso do setor privado de óleo e gás – e ciente do peso e da sensibilidade do cargo –, Prates pretendia ganhar mais tempo para executar a tarefa, preocupado com a reação dos acionistas, segundo uma fonte credenciada do governo.

Promessa de campanha de Lula, a substituição do PPI ocorre no quinto mês de governo, e pouco mais de um mês após a afirmação de Silveira de que a alteração na política de preços começaria a ser aplicada após a assembleia-geral da Petrobras marcada para o fim de abril. Esse episódio trouxe à tona o embate interno entre Silveira e Prates quanto ao “timing” da mudança da política de preços, segundo a mesma fonte governista.

No dia 5 de abril, em entrevista à GloboNews, o ministro de Minas e Energia classificou o PPI como “verdadeiro absurdo”. Ele afirmou que a partir da assembleia-geral, o equilíbrio entre o conselho e a diretoria, com as mudanças promovidas pelo governo Lula nos colegiados, viabilizaria a “implementação dessa nova política de preços”.

A declaração gerou ruído no mercado e provocou a reação imediata de Prates. Horas depois da entrevista, a Petrobras contestou Silveira publicamente. Em nota oficial, a estatal reafirmou “seu compromisso com a prática de preços competitivos e em equilíbrio com o mercado nacional”. O comunicado acrescentou que “quaisquer propostas de alteração da Política de Preços recebidas do acionista controlador serão comunicadas oportunamente ao mercado e conduzidas pelos mecanismos habituais de governança interna da companhia”.

No dia seguinte, 6 de abril, durante um café da manhã com jornalistas, Lula deixou clara a irritação com a divergência pública entre os dois auxiliares. Ressaltou que caberia a ele definir o momento oportuno para discutir a nova política de preços da companhia.

“A política de preços da Petrobras será discutida pelo governo no momento em que o presidente da República convocar o governo para discutir [o tema]”, declarou. “Enquanto o presidente da República não convocar o governo para

discutir política de preços, a gente não vai mudar o que está funcionando hoje”, disse.

Um interlocutor de Prates argumentou com o Valor que a vitória política deve ser atribuída ao governo porque é a realização da promessa de campanha de Lula. Ressaltou que quem define a política de preços da companhia é o governo, e afastou qualquer rusga entre Prates e Silveira. “Eles estavam juntos nisso o tempo todo”, alegou o interlocutor de Prates, citando o clima de harmonia entre ambos na entrevista sobre o anúncio das mudanças.

Embora não tenha tomado partido naquela ocasião, Lula reafirmou a determinação de colocar fim ao PPI. Tentando preservar Prates, e a responsabilidade com os acionistas, ressaltou que tudo seria feito “com muito critério”, e debatido “no momento certo”.

Acesse tudo o que precisa saber sobre empresas da B3 em um único lugar! Dados financeiros, indicadores, notícias exclusivas e gráficos precisos - tudo para ajudar você a tomar as melhores decisões de investimento

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 17/05/2023**

**Seção: Empresas**

**Autor: Ilan Arbetman**

**Título: Petrobras muda política e mantém incertezas**

Estatual anuncia estratégia comercial para diesel e gasolina e no mesmo dia reduz preços

A estratégia comercial para o diesel e a gasolina anunciada na terça-feira (16) pela Petrobras não representa mudanças imediatas na política de preços da companhia, mas deixa incertezas sobre os efeitos para a estatal a médio e longo prazos. O mercado recebeu as mudanças com certo alívio porque havia expectativa de uma volta aos tempos de maior intervenção, o que não se confirmou, pelo menos por enquanto. Resta saber como será a implementação da nova regra, sobretudo em cenário de alta do petróleo no mercado internacional, que poderia exigir da Petrobras aumentos nos preços dos combustíveis.

Uma amostra da reação dos investidores, ontem, esteve no comportamento das ações, que impulsionaram o Ibovespa, principal índice da B3. O papel preferencial

fechou como a quarta maior alta do dia, com avanço de 2,49%, a R\$ 26,30, e a ação ordinária subiu 2,24%, cotada a R\$ 29,20.

O anúncio da mudança veio antes das 8h em fato relevante ao mercado. Em linguagem pouco esclarecedora, a estatal informou que sua diretoria-executiva havia aprovado, na véspera, a estratégia comercial para definir, a partir de agora, os preços do diesel e da gasolina, em substituição à política em vigor nas refinarias. Desde 2016, a Petrobras aplica o preço de paridade de importação (PPI), que considera a variação do barril tipo Brent e da taxa de câmbio. Uma leitura de especialistas foi que a nova regra mantém critérios do PPI, mas inclui alternativas.

Horas depois, a empresa anunciou redução de R\$ 0,44 por litro no preço médio de venda de diesel para as distribuidoras, o que corresponde a um corte de 12,8%. A gasolina caiu em R\$ 0,40 por litro, recuo de 12,6%. A Petrobras disse que os novos preços guardam relação com a nova estratégia comercial, embora fontes da empresa digam que não, uma vez que as novas cotações estavam definidas desde a semana passada.

No documento enviado à bolsa, a estatal disse que a nova estratégia comercial se apoia em dois elementos, que chamou de “custo alternativo do cliente e valor marginal para a Petrobras”. O custo alternativo do cliente vai contemplar particularidades como o perfil do comprador. Há quem considere que esse custo nada mais seria do que versão do próprio PPI somado ao custo de internalização do produto. Esse aspecto considera ainda a substituição da gasolina pelo etanol por um cliente.

O valor marginal se baseia, por sua vez, nas palavras da Petrobras, no “custo de oportunidade dadas as diversas alternativas para a companhia”. Traduzindo: o valor marginal explora as vantagens comparativas da estatal. Um dos planos é cobrar preços diferentes por região. O objetivo da Petrobras neste ponto é assegurar vendas com margens positivas.

Há dúvidas sobre o que vai acontecer se houver escalada do petróleo”

No comunicado, a Petrobras afirmou ainda que os reajustes continuarão sendo feitos sem periodicidade definida, evitando o repasse para os preços internos da volatilidade das cotações internacionais e da taxa de câmbio. É algo que o PPI também praticou na gestão anterior da companhia. A decisão sobre os reajustes continuará a cargo de um grupo formado pelo presidente da Petrobras, Jean Paul

Prates, pelo diretor-executivo de logística, Claudio Schlosser, e pelo diretor financeiro, Sergio Caetano Leite.

“Com a mudança, a Petrobras tem mais flexibilidade para praticar preços competitivos, se valendo de suas melhores condições de produção e logística e disputando mercado com outros atores que comercializam combustíveis no Brasil, como distribuidores e importadores”, disse a estatal. Especialistas dizem que mesmo que o documento da Petrobras não cite diretamente o PPI, o formato ainda será considerado na formação de preços, mas sem a prioridade de antes. O Goldman Sachs destacou a ausência de critérios objetivos para a definição dos preços. Isso impede, na visão do banco, avaliação dos impactos nas finanças da estatal.

Segundo Ilan Arbetman, da Ativa Investimentos, os termos apresentados pela estatal são imprecisos: “O mercado se animou [ontem] porque não teve um cavalo de pau: não houve represamento de preços, não teve subsídio a preços de importação, não houve nada rígido, mas existem termos vagos que trazem mais assimetrias e podem causar distorções nos preços.” Para o analista, agora há uma flexibilidade maior para que se pratiquem preços mais baixos, o que é facilitado pelo cenário atual, em que o Brent ronda os US\$ 70 por barril. “A dúvida agora é quando os preços subirem, se haverá uma chance de arbitragem maior por parte dos pares que importam. Nós vamos entender melhor essa política quando o preço do Brent estiver volátil.”

O UBS BB tem avaliação mais positiva das mudanças e pondera que a nova estratégia dá à Petrobras maior flexibilidade para o comitê gestor de preços, que é responsável pelos reajustes na diretoria. Os analistas afirmam que a empresa tem um intervalo onde pode precificar os combustíveis sem incorrer em perdas.

A Leggio Consultoria, especializada em petróleo, gás e energia renovável, diz que as mudanças deverão propiciar uma queda limitada de preços tanto no diesel como na gasolina. “As margens de refino no país estão entre 3% e 10%, limitando a capacidade da Petrobras de dar descontos em relação ao PPI. Além disso, as reduções não serão repassadas integralmente ao consumidor”, disse Marcus D’Elia, sócio da Leggio.

O Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) diz que a Petrobras não tem mais o domínio total do mercado, respondendo por 60% dos combustíveis vendidos no país. “A Petrobras tem liberdade de ter a própria política comercial, vai tratar

clientes de forma diferente e terá mais liberdade, mas ela não diz que vai fugir do preço de mercado”, diz Valéria Lima, diretora executiva de downstream do IBP. E acrescenta: “As questões não são totalmente técnicas, são políticas também. A Petrobras tenta endereçar a demanda do governo de sair do PPI, mas sem fugir de algum alinhamento com o mercado.”

Fontes ligadas ao setor criticaram a nova política. Ressaltaram que a Petrobras ganhou a liberdade de poder determinar as próprias condições sobre os preços e com pouca transparência. Reforçaram que a sustentabilidade dos players privados é colocada em “xeque”. Entre as preocupações levantadas, está a situação das importadoras e das refinarias privadas, que podem perder espaço para competir. “Ficaremos com quase nenhum espaço para operadores privados no mercado”, disse um dos interlocutores.

“A questão é saber se as refinarias privadas conseguem manter um mercado mínimo. Se a Petrobras avançar na produção e disponibilidade de produto, prejudica as refinarias privadas. Elas não terão para quem vender. Sem falar nos importadores.” A insegurança paira sobre as companhias privadas, uma vez que agora a política de preços fica mais obscura. Outra fonte disse que a medida foi praticamente um “cheque em branco” para a Petrobras, e que ainda há dúvidas sobre como será operacionalizada a nova regra.

As questões jurídicas também foram levantadas. Para fonte do setor, a nova política não está detalhada. A adoção de preços diferenciados por cliente pode suscitar até ações judiciais por consumidores que eventualmente enxerguem tratamento não isonômico, monopolista. Além disso, há risco de práticas de corrupção, já que não há transparência, a princípio, na formação de preços. “O compliance pode ter trabalho.”

A Lei das Estatais e o estatuto da própria companhia impedem que a Petrobras se descole tanto do que era feito. Segundo o advogado Rodrigo Jansen, especialista em óleo e gás, ainda que a estatal possa alterar o PPI, “ela não pode praticar preços que destoem do mercado”. “Exageros, portanto, poderão provocar ações de acionistas, órgãos de controle diante dos potenciais impactos na concorrência.”

Acesse tudo o que precisa saber sobre empresas da B3 em um único lugar! Dados financeiros, indicadores, notícias exclusivas e gráficos precisos - tudo para ajudar você a tomar as melhores decisões de investimento

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 17/05/2023****Seção: Empresas****Autor: Rafael Bitencourt****Título: Estatal vai oscilar entre agradar cliente e garantir lucro, diz Prates**

Poucas horas após a Petrobras anunciar a nova estratégia comercial de definição de preços dos combustíveis, na terça-feira (16), o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e Jean Paul Prates, presidente da estatal, foram a público defender a mudança. Eles rechaçaram a ideia de que estava havendo intervenção do governo na gestão da petroleira.

“Não há intervenção absolutamente nenhuma”, destacou Prates em entrevista a jornalistas, após encontro com o ministro.

O executivo justificou que o governo, em decisão referendada pela vitória do presidente Lula nas urnas, pretende restabelecer o papel da companhia em favor do país. “Não faz sentido um país lutar pela autossuficiência, Getúlio [Vargas, ex-presidente da República] e todos os outros lutarem para ter parque de refino e depois a gente praticar o preço do importado, como se a gente importasse 100%”, destacou. “Os instrumentos da Petrobras competitivos, os instrumentos de rentabilidade, de garantia de financiabilidade da companhia estão integralmente garantidos”, acrescentou.

Durante a entrevista, Prates, sempre ao lado do ministro, anunciou novas reduções, que valem a partir desta quarta-feira, nos preços do diesel, gasolina e gás de cozinha (GLP). Este último terá o preço do botijão de 13 kg vendido a menos de R\$ 100 (R\$ 99,87) para distribuidoras.

Para o ministro, os motoristas de aplicativos, como o Uber, vão poder comemorar a decisão da Petrobras de rever o modelo de definição de preços nas refinarias. Ele afirmou ainda que, a partir de agora, os caminhoneiros terão a sobrevivência garantida.

Com a nova estratégia, Prates resumiu que a companhia se guiará por dois limites claros: poder elevar o preço sem perder participação de mercado e poder reduzir sem levar prejuízo.

“A parte de cima [limite de aumento dos preços] é quando eu vou perder o cliente. Se eu for perder o cliente eu chamo ele [os preços] de volta. E a parte de baixo é quando eu vou perder dinheiro. Então, eu tenho que estar entre o que eu 'perco em dinheiro' e 'perco de cliente'”, explicou.

Para Prates, a decisão de abrir mão da política de paridade de importação (PPI) irá “maximizar as vantagens competitivas” da Petrobras. “Enfatizo que será mantida a referência de preço internacional”, disse ele, ressaltando que o acompanhamento das oscilações do dólar e do preço internacional do barril não será totalmente abandonado.

Silveira criticou a política de preços que vinha sendo aplicada, adotada desde a gestão do ex-presidente da Petrobras Pedro Parente, em 2017. Ele lembrou que a estratégia levou o país a enfrentar uma crise com a greve dos caminhoneiros, em 2018.

Naquela época, a categoria bloqueou rodovias e interrompeu o fluxo de abastecimento de produtos básicos para forçar o governo a frear oscilações frequentes do preço do diesel.

Prates lembrou que, em 2018, a Petrobras chegou a anunciar 118 reajustes de preços dos combustíveis ao longo daquele ano.

“O PPI era uma abstração, uma mentira, um crime contra o povo brasileiro porque impunha uma algema, uma mordada à política de competitividade interna dos preços dos combustíveis no Brasil”, criticou o ministro.

Ao considerar o impacto da redução de preços dos combustíveis na economia brasileira, Silveira disse que espera sensibilizar o Banco Central a reduzir a taxa básica de juros da economia. Embora as mudanças propostas na política de preços sejam percebidas por analistas como intervenção, o ministro acredita que o corte no preço dos combustíveis ajudará no controle da inflação e, assim, dar conforto à autoridade monetária para reduzir a Selic.

“Era hora de abraçar os preços dos combustíveis”, afirmou Silveira. Ele disse “ter certeza” que a Petrobras se tornará uma empresa de petróleo “perene”, que não vai só focar nos ganhos obtidos com a venda de óleo cru. “Abrasar preços significa levar nossas vantagens em conta, porém sem tirar o Brasil do contexto internacional”, complementou Prates.

**Data: 17/05/2023**

**Seção: Empresas**

**Autor: Stella Fontes**

**Título: Para Cosan, proposta da Petrobras cai no “caminho correto”**

A primeira leitura do comunicado sobre a nova estratégia de preços da Petrobras indica que a estatal “está indo no caminho certo”, com orientação ao mercado, disse ontem o presidente da Cosan, Luis Henrique Guimarães. Um dos maiores conglomerados brasileiros, o grupo controla a Raízen, umas das principais distribuidoras de combustíveis e maior produtora de etanol no país, junto com a Shell.

Na véspera, o comando da Raízen já havia indicado que avalia todas as oportunidades de acesso a diesel e gasolina - o que vale mais para efeitos de importação - e que os novos termos da estatal iriam determinar essa relação entre compras domésticas e externas.

“Na nossa leitura, o que a Petrobras vai fazer é competir com a melhor oferta de cada pacote. É a maneira correta de olhar o assunto”, disse Guimarães, em teleconferência com analistas para comentar os resultados da Cosan no primeiro trimestre.

De janeiro a março, o grupo teve receita líquida de R\$ 37,16 bilhões, alta de 7% na comparação anual, e resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado mais de duas vezes maior, de R\$ 5,77 bilhões, com melhora em todos os negócios.

O resultado final, contudo, foi afetado pelo reconhecimento de uma provisão de R\$ 1,5 bilhão, referente à exclusão de benefícios fiscais na base de cálculo do IRPJ e CSLL com efeito na Moove e na Compass (Comgás). Com isso, no trimestre, a holding teve prejuízo de R\$ 904 milhões - ou de R\$ 11,5 milhões com ajuste.

Para a equipe de análise do BTG Pactual, os resultados da Cosan foram fracos, pressionados pelo desempenho da Compass e por maiores despesas no período, só em parte compensados pelos ganhos com dividendos da Vale e performance das outras companhias do conglomerado.

Segundo Guimarães, a Cosan manterá postura ativa de gestão de seus investimentos, avaliando a venda de fatia ou da totalidade de sua participação em controladas, bem como de ativos dessas empresas que não façam mais tanto sentido estratégico para o negócio. Para Compass e Moove, empresas de gás e energia e de lubrificantes do grupo, a disposição é deixá-las “sempre prontas” para a chegada de novos sócios, via mercado tradicional, com uma oferta inicial de ações (IPO), ou via operação privada.

Dentro das companhias, a discussão mais relevante é a monetização de ativos que teriam mais valor para terceiros, contribuindo para melhorar a estrutura de capital do grupo ou fazer frente a novos investimentos. “Vamos gerar recursos adicionais através de desinvestimentos, seja atraindo sócios nas empresas abaixo [do guarda-chuva da holding] ou vendendo ativos de maneira total ou parcial”, comentou Guimarães.

Na Commit, joint venture entre Compass e Mitsui Gás e Energia que assumiu as distribuidoras de gás que pertenciam à Gaspetro, a meta é vender ainda em 2023 as cinco operações do Nordeste, conforme compromisso assumido com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Guimarães ponderou que há condições precedentes, que não dependem somente da Cosan, entre as quais a cisão dos ativos. O Valor informou, no início do mês, que o órgão questionou as sócias sobre a venda, após manifestação da Infra Gás e Energia, que negocia a compra das distribuidoras nordestinas.

Conforme o executivo, o grupo permanece otimista com o investimento realizado na Vale no ano passado e uma primeira etapa “importante”, de participar da formação do novo conselho da mineradora, foi cumprida. “Nada mudou em relação à convicção de nossos investimentos na Vale”, disse.

Neste momento, a decisão é a de não elevar posição na mineradora, com a compra da fatia adicional de 1,6%, para não pressionar a dívida do grupo. E porque a Cosan está confortável com a posição de acionista detentora de 4,9% das ações, ressaltou.

No primeiro trimestre, a Cosan recebeu R\$ 402 milhões em dividendos da Vale, com impacto positivo no Ebitda. Desse total, R\$ 215 milhões foram repassados aos bancos que estruturaram as operações financeiras que viabilizaram a aquisição. Com a marcação a mercado da posição acionária na mineradora e dos derivativos associados à operação, contudo, o impacto do investimento no resultado foi negativo em R\$ 207 milhões no trimestre.

Guimarães ressaltou que a meta era participar da governança da Vale, o que se concretizou com a eleição da chapa que integra o conselho. “O processo foi conduzido de maneira clara e sem maiores questões na assembleia, que acabou elegendo um conjunto de conselheiros muito sólido e com conhecimentos diversos”, disse.

A partir de agora, o foco está em verificar se as teses de destravamento de valor na mineradora vão se confirmar, ponderou. “É um modelo diferente do que usamos no passado, que sempre foi de controle ou cocontrole [das empresas investidas], mas dado o tamanho da companhia tivemos de escolher um caminho

de trabalho em conjunto e alinhamento de objetivos com outros acionistas. Temos de ver se esse modelo vai funcionar”,

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 17/05/2023**

**Seção: Empresas**

**Autor: Rodrigo Carro**

**Título: Debenturistas da Light recorrem contra RJ**

Grupo formado por 26 gestoras alega que a distribuidora de energia não pode, por lei, pedir recuperação judicial

Em recurso à 12ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), um grupo de debenturistas da Light, formado por 26 gestoras, pediu na terça-feira (16) a suspensão imediata da decisão que estendeu os efeitos do “stay period” (prazo durante o qual ficam suspensas ações e execuções contra a empresa) às concessionárias Light Serviços de Eletricidade S.A. e Light Energia S.A. Na segunda-feira (15), a Justiça aceitou o pedido de recuperação judicial da holding da Light, protegendo também suas concessionárias de cobranças dos credores.

“Caso não sejam sustados os efeitos da liminar deferida pelo juízo de primeiro grau, por meio da atribuição de efeito suspensivo ao presente recurso, milhares de investidores perdem o chão. São tragados por um modelo inusitado de calote, que jamais imaginaram quando decidiram investir nos títulos de dívida emitidos pela Light SE S.A. e Light Energia”, argumentam os debenturistas, detentores de cerca de R\$ 5 bilhões em créditos, na petição.

No texto, os debenturistas sustentam que a extensão do “stay period” às concessionárias “coloca em risco todo o mercado - pois derrete a segurança jurídica”. Citada na petição, a Lei nº 12.767, de 2012, estabelece que concessionárias de serviços públicos de energia elétrica não podem requerer recuperação judicial e extrajudicial.

“Surpreendentemente, num vale-tudo, a administração do grupo Light pleiteia exatamente o que a lei proíbe. Pior, contra a lei e contra a jurisprudência desse [...] tribunal, foi deferida, sem maiores fundamentações, à concessionária de

energia elétrica o regime da recuperação judicial”, afirmam os advogados na petição.

Se isso valer, qualquer um vai poder pedir recuperação”

O grupo de debenturistas defende a reestruturação da dívida da Light em bases voluntárias, fora portanto de um processo de recuperação judicial. “A extensão dos efeitos da recuperação judicial deferidos à Light Holding é medida flagrantemente ilícita, uma vez que viola previsão legal expressa para materialmente conceder, por via oblíqua, os meios de recuperação previstos em regime que não se aplica às concessionárias de energia elétrica”, afirma Paulo Penalva Santos, sócio do escritório Rosman, Penalva, Souza Leão, Franco, Vale Advogados, em parecer encomendado pelos credores.

O pedido de recuperação judicial, atendido pela Justiça de primeira instância, foi interposto pela holding da Light, mas a blindagem contra cobranças foi estendida às concessionárias. “Se isso valer, qualquer um vai poder pedir recuperação judicial. Basta ter uma holding”, sustenta José Roberto Castro Neves, sócio do escritório FCDG Advogados, que assessora o grupo de debenturistas.

Além de aceitar o pedido de recuperação judicial, o magistrado Luiz Alves encerrou o processo de mediação entre a Light e seus credores iniciado na fase pré-processual. “Não foi possível estabelecer negociações via mediação com credores que, apesar de poucos, são de altíssima belicosidade”, frisou o juiz na decisão.

Neves, porém, afirma que não houve interesse da companhia em negociar com seus credores financeiros. “Todos [os credores] entenderam que a forma como a gestão da Light tratou foi uma forma truculenta. Não foi uma forma normal, razoável, de conversa”, diz.

“Truculento, pensando como cidadão, é deixar 12 milhões de pessoas sem abastecimento de energia”, rebate Luiz Roberto Ayoub, sócio do Galdino & Coelho, Pimenta, Takemi, Ayoub Advogados, contratado pela Light. “É legítimo que os credores reclamem, fiquem aborrecidos e tudo mais, que busquem seus direitos. Mas não é legítimo que prejudiquem o interesse público”. Os advogados dos debenturistas, por sua vez, frisam na petição que o risco de interrupção dos serviços públicos de distribuição de eletricidade à população fluminense não pode servir para contornar as regras jurídicas aplicáveis às concessionárias de energia elétrica.

Neves refuta ainda o rótulo de minoria belicosa: “Ao contrário, você está falando de uma quase totalidade, que está reagindo a uma conduta agressiva da Light”. Do total da dívida de R\$ 11 bilhões incluída na recuperação judicial da Light, R\$ 7 bilhões se referem a debêntures.

Acesse tudo o que precisa saber sobre empresas da B3 em um único lugar! Dados financeiros, indicadores, notícias exclusivas e gráficos precisos - tudo para ajudar você a tomar as melhores decisões de investimento

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 17/05/2023

**Seção:** Empresas

**Autor:** Robson Rodrigues

**Título:** Energia vai ao mercado para bancar expansão

Companhia captou R\$ 320 milhões em debêntures para viabilizar usinas fotovoltaicas voltadas para geração distribuída

Para fazer frente ao plano de investimentos em novas usinas solares, a AXS Energia captou R\$ 320 milhões em debêntures para viabilizar a expansão de seu portfólio de usinas fotovoltaicas voltadas para geração distribuída.

A ideia é comercializar a energia, por meio de uma plataforma tecnológica, entre clientes de pequeno e médio porte (pessoas físicas e jurídicas) com um modelo de compensação de energia por assinatura. O sistema garante desconto entre 10% e 20% atrelado à tarifa da distribuidora local. Atualmente o grupo já realizou investimentos em 31 usinas fotovoltaicas, com capacidade de entregar 100 MWp a cerca de 15 mil clientes em Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso, São Paulo e Goiás.

“A operação conta com 75MWp em usinas operando e em fase final de construção. Que foram equacionadas através de aporte dos acionistas e emissão de três CRIs”, disse ao Valor o CEO da AXS, Rodolfo Pinto.

A maior parte do desenvolvimento tecnológico já foi realizado. O dinheiro captado na emissão tem como objetivo principal a construção das novas usinas” Segundo o executivo, os recursos que chegam com a emissão das debêntures permitirão realizar investimentos adicionais incluídos no plano de negócios. Esse plano ainda prevê valor total de capex de R\$ 1,15 bilhão para construção de 235 MWp em 77 usinas de geração solar distribuída que, adicionados aos R\$ 350 milhões já investidos em 2022, totalizarão investimento de R\$ 1,5 bilhão para 300MWp distribuídos em 96 usinas.

“A maior parte do desenvolvimento tecnológico já foi investida na companhia pelos acionistas desde a criação da empresa. Atualmente os aportes nessa área são de aprimoramento dos processos operacionais e da plataforma de relacionamento com o cliente. Investimentos esses já previstos no plano original. O dinheiro captado na emissão tem como objetivo principal a construção das novas usinas”, detalha Pinto.

Segundo ele, todos os empreendimentos estão enquadrados no benefício do desconto da cobrança da tarifa de uso da rede das distribuidoras, a chamada TUSD, até 2045, por conta do subsídio dado a empreendimentos que pedirem conexão à rede elétrica até 12 meses depois da sanção do marco legal da geração distribuída, em janeiro de 2022.

Apesar da recente emissão, não é a primeira vez que a AXS Energia acessa o mercado de capitais. Durante o ano de 2022, com o objetivo de financiar parte do capex dos projetos desenvolvidos até o momento, foram captados R\$ 261 milhões em três ofertas públicas de certificados de recebíveis imobiliários e uma oferta pública de debêntures.

Para o futuro, a empresa mira seu crescimento na expansão da geração compartilhada (energia por assinatura) e em segmentos novos e com sinergia com os negócios atuais. No foco da empresa estão a comercialização varejista de energia para clientes de alta e média tensão, o armazenamento de energia, mobilidade elétrica e eficiência energética.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 17/05/2023**

**Seção: Empresas**

**Autor: Fábio Couto**

**Título: Combustíveis têm menores preços do ano após reajustes**

Diesel recuou quase 33% em 2023 depois de cinco quedas, enquanto gasolina caiu 9,74%, com três recuos nas refinarias

A redução nos preços dos combustíveis nas refinarias da Petrobras, na terça-feira (16), fez com que os preços da gasolina e do óleo diesel ficassem abaixo dos valores praticados no início deste ano. O diesel desacelerou quase 33% na comparação com os valores vigentes no primeiro dia de 2023. A gasolina teve queda de 9,74%, resultado de três reduções no ano. Por sinal, ontem a Petrobras reduziu os preços da gasolina pela primeira vez depois de 77 dias. No caso do

diesel, a diminuição foi a quinta aplicada pela petroleira nas refinarias em 2023 - a segunda queda no intervalo de 30 dias.

Na terça-feira, mesmo dia em que divulgou sua nova política de preços, a empresa anunciou a redução de R\$ 0,44 por litro no preço médio de venda de diesel para as distribuidoras, de R\$ 3,46 para R\$ 3,02 por litro, o que corresponde a 12,8%. A gasolina teve seu preço médio nas refinarias reduzido em R\$ 0,40 por litro, de R\$ 3,18 para R\$ 2,78 por litro, ou 12,6%.

A estatal reduziu ainda os preços do gás liquefeito de petróleo (GLP): o botijão de 13 quilos teve queda de 21,3%, o que equivale a R\$ 0,69 por quilo ou R\$ 8,97 por botijão. Foi a primeira queda nos preços do GLP da Petrobras em 2023 - a última vez que a companhia mexeu nos valores do gás de cozinha foi no dia 7 de dezembro de 2022.

O presidente-executivo da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), Sérgio Araújo, disse que os preços encontravam espaço para queda. Ele acrescenta que, após os novos valores, a gasolina ficou em linha com o mercado externo, enquanto o diesel teve uma redução acima do percentual de defasagem verificada no fechamento de ontem.

Estamos voltando no tempo em relação às práticas de preços”

No entanto, ainda não há clareza sobre como se comportarão os preços daqui para a frente, por causa da nova política. “Ainda não está muito claro [como vai ser daqui para a frente]. Estamos voltando no tempo em relação às práticas de preços sem acompanhar precificação”, afirmou o presidente da Abicom.

A consultoria StoneX ainda vê espaço para queda no preço da gasolina e projeta o diesel alinhado aos preços internacionais. “Em suma, os novos preços dos combustíveis permanecem razoavelmente em linha com os níveis internacionais e ainda devem permitir margens de refino compatíveis com os níveis pré-pandemia”, disse o Goldman Sachs em relatório.

O Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (Sindicás) informou que a redução do GLP não vai necessariamente refletir na ponta na mesma proporção, dada a incidência de impostos e outros custos.

A entidade salientou que, em maio, teve o início da alíquota monofásica de ICMS (por valor fixo arrecadado no início da cadeia), o que faz com que o valor do imposto não se altere com a queda anunciada.

Para uma fonte que falou na condição de anonimato, as reduções dos preços do diesel e da gasolina devem ser observadas dentro de um contexto segundo o qual o governo busca reduzir a dependência das importações. Para a fonte, a queda nos preços, associada à maior adição de etanol à gasolina e a maior aumento na

produção de diesel verde pela Petrobras, são medidas que visam priorizar o atendimento do mercado com produção nacional.

Acesse tudo o que precisa saber sobre empresas da B3 em um único lugar! Dados financeiros, indicadores, notícias exclusivas e gráficos precisos - tudo para ajudar você a tomar as melhores decisões de investimento

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 17/05/2023**

**Seção: Empresas**

**Autor: Juliana Schincariol**

**Título: Apesar de pouco transparente, Petrobras atende regras**

Ainda que regras da CVM tenham sido cumpridas, há críticas sobre pouca transparência

Desde que a Petrobras anunciou a nova política de preços em fato relevante nesta terça-feira (16) às 7h44, o tema passou a ser alvo de discussões entre grupos de WhatsApp, nas redes sociais e na imprensa nacional. Ainda que as regras de divulgação de informações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a princípio tenham sido cumpridas, houve críticas de especialistas sobre a falta de clareza da companhia em relação ao assunto.

O fato relevante foi divulgado antes da abertura do pregão da B3, como recomendam os reguladores. Anteriormente, a Petrobras já havia informado ao mercado sobre a política de preços. No domingo, disse que o tema estava sendo discutido na empresa com base em estudos técnicos e conforme mandam as práticas de governança.

Antes disso, em outro comunicado divulgado em abril, a estatal informou que não havia recebido nenhuma proposta do Ministério das Minas e Energia a respeito da alteração da política. E, se recebesse algo nesta linha da União, o acionista controlador, iria comunicar ao mercado e conduzir o tema por meio dos mecanismos habituais de governança interna.

O que o conselho de administração está fazendo? É o conselho que dita os rumos da empresa”

O comunicado divulgado ontem que estabeleceu as novas diretrizes de preços foi considerado confuso por algumas fontes ouvidas pelo Valor. “Isso parece ter sido feito propositalmente, justamente para não deixar muito claro o que vai acontecer. Pode ser uma boa notícia no curto prazo, com o preço mais barato na

bomba. Mas se os novos preços de referência se descolarem demais dos preços mundiais, a Petrobras pode ter novamente prejuízos bilionários”, afirma um ex-diretor da companhia, sob a condição de anonimato.

O papel da governança é justamente evitar esse tipo de situação. Uma nova diretriz aprovada no ano passado obrigou a diretoria a reportar ao conselho de administração como o tema dos reajustes está avançando e eventuais pontos de atenção. Segundo a diretriz, o “board” não se envolve em decisões como a de ontem, mas consegue ter uma visão ampla do tema e pode fazer direcionamentos.

“O tema é muito importante e tem impacto nos resultados da empresa. Pelo documento, não se sabe se mudou algo na política de preços ou o que realmente mudou. O que o conselho de administração está fazendo? É o conselho que dita os rumos da empresa”, diz o especialista em governança e conselheiro independente de empresas, Geraldo Affonso Ferreira. Outra fonte diz que os conselheiros minoritários devem ser os primeiros a questionar a Petrobras caso os preços da estatal se descolem dos praticados pelo mercado.

Com a responsabilidade de garantir que as decisões sejam tomadas no melhor interesse da empresa, o conselho de administração é apenas uma das camadas de governança. Esse trabalho começa pelas áreas comercial e financeira, que lidam com o assunto diretamente e precisam garantir a integridade financeira da companhia. Há ainda as áreas de auditoria e compliance e os órgãos de controle, caso da CVM.

“A CVM precisa dar uma freada de arrumação na Petrobras, ela tem poder para isso. A obrigação da companhia é informar para que o mercado negocie em bases equitativas. Uma informação sobre a política de preços que confunde e da qual se pode extrair várias interpretações não é uma boa informação”, afirmou um advogado, que pediu para não ser identificado.

Para Marcos Sader, sócio do i2a Advogados, o comunicado da Petrobras apresentou pontos-chaves em relação ao tema e atendeu aos princípios de governança. “Existe o interesse legítimo da companhia em não abrir completamente sua estratégia, poderia ser prejudicial em relação aos potenciais concorrentes”, diz. Segundo o especialista, o que mais gera desconforto com relação à petroleira é a sensação de que o governo - e controlador da companhia - cria ruídos com declarações sobre a empresa e indicações de interferência política. As mudanças na política de preços eram esperadas após a alteração em toda a diretoria e conselhos da Petrobras. “Mas elas precisam ser feitas dentro do ritual de governança”, afirma o presidente do Instituto Brasileiro de Direito Empresarial (Ibrademp), André Camargo.

Acesse tudo o que precisa saber sobre empresas da B3 em um único lugar! Dados financeiros, indicadores, notícias exclusivas e gráficos precisos - tudo para ajudar você a tomar as melhores decisões de investimento

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 17/05/2023**

**Seção: Agronegócios**

**Autor: Camila Souza Ramos**

**Título: Análise: Anúncios da Petrobras têm impacto limitado sobre setor de etanol**

Em meio a muitas incertezas ainda sobre detalhes da nova estratégia, reação no mercado é morna

A nova política de precificação de combustíveis fósseis e a redução do valor da gasolina anunciadas hoje pela Petrobras terão, por ora, impacto limitado sobre os produtores de etanol. Ainda há muita incerteza sobre qual será de fato a fórmula para a definição dos preços da gasolina, mas a avaliação entre alguns usineiros e analistas é de que as indicações dadas não devem significar uma volta ao que ocorreu no governo Dilma, de total controle sobre os preços.

Dentro do pouco que explicado até o momento sobre a nova estratégia, vem chamando a atenção o anúncio de que a Petrobras adotará “preços alternativos” em cada refinaria, a depender do contexto de competição regional com derivados importados. Para alguns agentes, isso pode significar que a estatal reduzirá mais os preços da gasolina no Norte e Nordeste, onde há mais importação.

LEIA MAIS

São regiões, porém, onde o etanol hidratado, que compete com a gasolina nas bombas, já tem baixa competitividade e, conseqüentemente, um consumo mais fraco. Com isso, ainda que a pressão de uma gasolina barata seja maior nessas regiões, o impacto total sobre o setor é amenizado.

No Centro-Sul, a perspectiva é que o impacto seja menor porque a competição da Petrobras com importações é menor e o biocombustível é mais competitivo. O impacto efetivo, porém, ainda é desconhecido, já que o comunicado da estatal

foi considerado “vago” e sem “nada concreto”, segundo comentários que circularam de analistas e usineiros.

Além disso, as usinas sucroalcooleiras contam com um fator extremamente positivo nesta safra: os preços estratosféricos do açúcar, que já estão oferecendo uma remuneração tão melhor que o etanol que eventuais mudanças no valor do biocombustível são amenizadas pelo foco absoluto que as usinas estão colocando na produção do adoçante. Por sua vez, as usinas de etanol de milho, que não têm a opcionalidade do açúcar, estão menos resguardadas.

O que deve impactar de imediato o mercado de etanol é o anúncio de redução do preço da gasolina em R\$ 0,40 o litro, o que automaticamente reduz o teto para o preço do etanol hidratado nas bombas e deve provocar reduções também nos preços do renovável para os consumidores. Segundo um trader de etanol, as distribuidoras devem ter agora ainda mais cautela para comprar combustíveis, à espera de eventuais novos movimentos nos preços da gasolina, o que pode adicionar pressão sobre o mercado.

Uma opção poderá ser o mercado de etanol anidro, já que a redução da gasolina tende a aumentar o consumo do fóssil em detrimento do renovável ao menos num primeiro momento, aumentando a demanda pelo aditivo.

Só o fato de não se anunciar um modelo fixo de precificação claro já vem provocando um certo alívio no mercado. Tanto que as ações das usinas negociadas na B3 vêm oscilando de lado desde o anúncio da Petrobras – às 14h20, os papéis da Raízen estavam em alta de 2,87%, para R\$ 3,23, os da São Martinho caíram 0,5%, a R\$ 33,86, e os da Jalles tinham elevação de 0,93%, a R\$ 7,63.

No mercado de açúcar, os preços estavam subindo no início da manhã, já depois da divulgação do comunicado da Petrobras sobre a mudança da política de preços, mas mudaram de direção e passaram a cair quando começou a coletiva do presidente da estatal, Jean Paul Prates, e do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, quando eles anunciaram a redução de preço. Os contratos do açúcar que vencem em julho fecharam o pregão de hoje na bolsa de Nova York com queda de 0,85%, a 25,73 centavos de dólar a libra-peso, após alcançarem o pico de 26,62 centavos de dólar a libra-peso no meio da manhã.

Acesse tudo o que precisa saber sobre empresas da B3 em um único lugar! Dados financeiros, indicadores, notícias exclusivas e gráficos precisos - tudo para ajudar você a tomar as melhores decisões de investimento

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 17/05/2023****Seção: Finanças****Autor: Marcelo D'Agosto****Título: Faltam bons argumento para mudar a privatização da Eletrobras**

Pressão do governo para mudar as regras anteriormente acordadas tem boas chances de não surtir efeito

A privatização da Eletrobras foi feita por meio de uma combinação envolvendo a venda de ações de propriedade do BNDES, aumento do capital para diluir a participação do governo e um acordo que limitou o poder de decisão de cada acionista sobre os rumos da companhia.

Como resultado prático, a União passou a ter cerca de 40% das ações com direito a voto da empresa, mas sem poder influir na gestão da companhia. E esse ponto tem incomodado muito o atual governo.

O argumento é que o acordo não é democrático. E se fosse para estabelecer uma regra desse tipo, seria preciso, primeiro, esperar que a União reduzisse a participação no capital da empresa para menos de 10%. Esse número é o limite de votos que cada acionista pode ter para influenciar nas decisões da empresa.

O ajuste para corrigir essa injustiça, prossegue o raciocínio, poderia ser feito tanto por meio da venda de ações pertencentes à União no mercado secundário ou via novos aumentos de capital da companhia que diluíssem a fatia governamental. Enquanto nada disso acontece, o governo quer voltar a ter participação majoritária na gestão da empresa, indicando diretores para definir a estratégia corporativa.

O efeito prático seria a reestatização da Eletrobras. A União, além de continuar sendo o maior acionista, passaria a influir diretamente no rumo dos negócios.

A queixa do governo pode ser rebatida de várias formas. Uma delas, como ressaltou a própria companhia, é que os recursos arrecadados na operação de aumento de capital da Eletrobras foram usados para o pagamento do direito de exploração da concessão ao próprio governo.

Portanto, não é que o aumento de capital teve apenas o efeito de diluir a participação do governo numa empresa que ficou estruturalmente mais forte. Ou, então, que não houve contrapartida para a União na estruturação da privatização.

Essa conclusão é errada porque praticamente a totalidade dos recursos que entraram no caixa da Eletrobras foram repassados ao governo por meio dos chamados bônus de outorga. Assim, o que aconteceu é que o governo trocou participação no capital da empresa por dinheiro no caixa do Tesouro.

Além disso, existe uma constatação evidente. A razão para que o aumento de capital tivesse sido um sucesso foi o estabelecimento de um limite máximo de votos para a União e demais acionistas nas decisões da Eletrobras. Foi essa regra, definindo os limites de propriedade de cada acionista, que viabilizou a privatização da empresa.

O conceito de estabelecimento de limites de propriedade foi estudado pelo economista Ronald Coase, que ganhou o prêmio Nobel de economia em 1991. A justificativa para a premiação foram “os estudos sobre as descobertas e esclarecimentos sobre o impacto dos custos de transação e dos direitos de propriedade para a estrutura institucional e o funcionamento da economia”, de acordo com o banco central sueco, que escolhe os ganhadores.

A limitação do direito de propriedade não é novidade. No Brasil, por exemplo, a terra precisa ter uma função social. Não é permitido que um latifundiário compre uma propriedade, desmate e simplesmente espere a valorização. Uma área com essas características corre o risco de ser desapropriada.

Os estudos de Coase são úteis para entender as relações entre a instituição de direitos de propriedade bem definidos e o funcionamento do mercado. Na maioria das vezes o arranjo contribui para o desenvolvimento de um sistema de preços que induz a alocação mais eficiente dos recursos.

Os custos de transação, na definição de Coase, podem ser entendidos como arestas que atrapalham o funcionamento do mercado. O entendimento fica mais

evidenciado nos estudos sobre as vantagens de se organizar um negócio por meio da criação de uma empresa.

No caso da Eletrobras, ao recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para mudar as regras do jogo da privatização, o governo cria um ruído que aumenta a incerteza dos negócios. E essa instabilidade acaba sendo refletida no comportamento do preço das ações da companhia.

De janeiro a outubro do ano passado, os papéis da Eletrobras subiram mais de 50%, saindo da faixa de R\$ 30 para R\$ 50 por ação. No mesmo intervalo o Ibovespa subiu 10%. Também nesse período a capitalização da empresa foi concluída ao preço de R\$ 42 por ação.

Desde então, os papéis da empresa caíram cerca de 40%, enquanto a desvalorização do Ibovespa foi de 14%. Atualmente o preço da ação está menor do que na oferta pública.

O aspecto positivo de toda essa discussão é que o julgamento no STF pode deixar claro o pouco embasamento do questionamento do governo. O resultado, então, seria a redução das incertezas e a possibilidade de que as ações voltassem a se valorizar.

É importante avaliar a situação com sangue frio, especialmente os investidores que compraram as ações da Eletrobras usando recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Marcelo d'Agosto é economista especializado em administração de investimentos com mais de 20 anos de experiência no mercado financeiro.

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.

**VEÍCULO:** Estado de SP

**Data:** 17/05/2023

**Seção:** Colunas

**Autor:** Julia Lindner com Gustavo Côrtes

**Título:** Coluna do Estadão: Julia Lindner com Gustavo Côrtes

Governo apara arestas com Senado para facilitar o caminho do arcabouço fiscal

A reunião entre o ministro Alexandre Padilha (SRI) e líderes do governo com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que se estendeu por seis horas, na segunda-feira (15), buscou aparar as arestas para facilitar o caminho do arcabouço fiscal. Alvo de críticas recorrentes no Congresso, a disputa por cargos em ministérios e nos Estados chegou a Minas Gerais e incomodou Pacheco. A tarde foi marcada por diversas ligações para destravar os entraves. Como resultado, passou a ganhar força um acordo para que o PSD assumira a relatoria do marco fiscal. Nomes da sigla como Omar Aziz (AM) são vistos pelo Planalto como mais maleáveis para conduzir o texto do que Davi Alcolumbre (União-AP), que também é cotado.

#### MEU

Em Minas, aliados de Pacheco reclamam da falta de espaço para fazer indicações em estatais. Um dos casos envolve cargos para a Ceasa. O deputado Padre João (PT-MG) foi responsável por definir o comando do órgão.

#### FECHADO

Outra reclamação é sobre limitações enfrentadas pelas siglas para fazer nomeações, situação do **Ministério de Minas e Energia, chefiado por Alexandre Silveira**, correligionário e aliado de Pacheco.

#### RESISTÊNCIA

Incomodado com o governo, Pacheco já sinalizou que não quer pautar tão cedo a votação do PDL para derrubar o marco do saneamento no Senado. Por ora, ao menos ajudou os governistas a ganhar tempo até negociarem uma solução. O presidente do Senado prefere que o Executivo mande outra proposta sobre o tema, mas o Planalto resiste a essa possibilidade.

#### CRÍTICA

O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), admitiu que o relatório do arcabouço fiscal não agradou ao Planalto, mas diz que o texto que chegar ao plenário deve ser aprovado pela base aliada. “Não era o que queríamos. Mas não podemos dar brechas para que piorem.”

EU?

A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, disse que não foi informada sobre a orientação de Lula para que a sigla se abstenha de apresentar emendas (alterações) ao texto.

**VEÍCULO:** Estado de SP

**Data:** 17/05/2023

**Seção:** Notas e Informações

**Autor:**

**Título:** O flerte da Petrobras com o atraso

Nova política de preços é confusa e pouco transparente, mas permite ao governo fazer reajustes como quiser e abandonar diretrizes que salvaram companhia da ruína

A Petrobras anunciou uma nova política de preços de combustíveis a ser praticada no mercado interno. Em um comunicado confuso e pouco explicativo, a companhia deixou uma gama de possibilidades em aberto, mas ficou bastante claro que as diretrizes adotadas há quase sete anos e que salvaram a empresa da ruína financeira foram definitivamente abandonadas.

O fato relevante divulgado pela Petrobras menciona referências genéricas, que priorizam, na definição da precificação, o custo alternativo do cliente e o valor marginal para a Petrobras. Segundo a companhia, isso significa contemplar as principais opções de suprimento do cliente, sejam de fornecedores dos mesmos produtos ou de produtos substitutos, bem como o custo de oportunidade da companhia considerando alternativas como produção, importação e exportação do produto e/ou do petróleo.

A política é tão vaga que permite à Petrobras fazer reajustes da forma como quiser – ou melhor, da forma que o governo achar que deve. A única certeza, segundo comunicado distribuído pela companhia, é que “o anúncio encerra a subordinação obrigatória ao preço de paridade de importação, mantendo o alinhamento aos preços competitivos por polo de venda, tendo em vista a melhor alternativa acessível aos clientes”.

Adotada em outubro de 2016, durante o governo Michel Temer e a gestão de Pedro Parente, a política do Preço de Paridade de Importação (PPI) considerava o preço de aquisição dos combustíveis no exterior e o custo logístico para levar o combustível até o ponto de entrega. Ela incluía não apenas a variação do câmbio e do barril do petróleo no mercado, mas também frete marítimo e rodoviário e taxas portuárias, além da margem de lucro e de impostos.

Altamente endividada e acumulando perdas bilionárias geradas justamente pelo controle artificial dos preços dos combustíveis nos governos petistas, a Petrobras decidiu, em 2016, concentrar sua atuação no pré-sal. Consolidar essa política demandava investimentos vultosos, mas era preciso abandonar a participação dominante da Petrobras no segmento de derivados, que não trazia retorno para a companhia. Assim, a Petrobras adotou o PPI, abandonou uma prática predatória e parou de vender gasolina e diesel com prejuízo, viabilizando a atividade de importadores de combustíveis.

O PPI não foi uma escolha perversa, mas o reconhecimento de uma realidade inexorável que os governos petistas costumam ignorar ao discutir a temática dos combustíveis. O Brasil, embora seja um dos maiores produtores de petróleo e tenha conquistado o status de exportador líquido de óleo cru, não é autossuficiente em derivados e depende de importações para abastecer o mercado interno. O PPI tampouco foi uma atitude estúpida da Petrobras, mas uma forma de fomentar a livre concorrência, o consumidor, a empresa e, em última instância, o País. Ao concentrar atividades no pré-sal, uma atividade em que era líder mundial, a empresa reverteu anos de prejuízos, enquanto o setor de combustíveis rapidamente se adaptou a esse cenário, assim como o consumidor.

Hoje a Petrobras contribui com 4% do PIB, recolhe centenas de bilhões de reais em impostos, royalties e dividendos e gera milhares de empregos diretos e indiretos. É do interesse de toda a sociedade que a companhia seja lucrativa e faça investimentos rentáveis que a preparem para a transição energética, mas isso não parece compatível com uma política de preços que ignora os parâmetros internacionais para favorecer o consumo de combustíveis fósseis.

Preocupado em desfazer tudo que os governos anteriores fizeram, o governo Lula começa a flertar com políticas autodestrutivas que foram marca da administração

Dilma Rousseff – como o retorno de subsídios para a produção de carros populares. Se essas medidas ultrapassadas já não deram certo antes, não haveriam de funcionar agora que o País deveria buscar se transformar em uma economia verde. Não há qualquer lógica que justifique esse resgate do passado, que levou o País a uma das maiores recessões de sua história, que não o puro revanchismo.

**VEÍCULO:** Estado de SP

**Data:** 17/05/2023

**Seção:** Economia

**Autor:** Denise Luna

**Título:** Petrobras muda regra de preços e cresce o risco de ingerência

Petrobras abandona paridade e reduz transparência sobre política de preços

Anunciado em paralelo à redução de tarifas de combustíveis, fim do alinhamento ao mercado internacional, promessa de Lula, afeta a ‘previsibilidade’, dizem especialistas

Após meses de espera, a Petrobras anunciou ontem a nova estratégia comercial para combustíveis, promessa de campanha do presidente Lula de “abrasileirar” os preços praticados pela estatal. Num primeiro momento, as mudanças não alteram radicalmente o que vem sendo feito: na avaliação de analistas, o teste acontecerá quando o preço do petróleo subir. Para parte do mercado, porém, a principal novidade da nova política é abandono da transparência e da previsibilidade. Com a estratégia, a Petrobras anunciou a queda do preço de combustíveis, apresentada como sendo já resultado dessa nova visão.

Em comunicado ao mercado sem grandes elementos para análise, a estatal disse que abandonou o Preço de Paridade de Importação (PPI) para a gasolina e o diesel, implantado pela Petrobras em 2016, que levava em conta a cotação do petróleo no mercado internacional, o câmbio e o custo da importação. Vai adotar como parâmetro, a partir de agora, o custo alternativo do cliente e o valor marginal à própria estatal. Ou seja, a Petrobras vai olhar mais para dentro do que para fora, o que reduz a transparência dos reajustes nas refinarias da empresa.

“Quando fala que vai levar em consideração o custo dela (Petrobras), está dizendo que não vai levar em conta o preço internacional, ou seja, o preço passou a ter parâmetro apenas nacional, e isso é negativo”, diz o analista da Ativa Investimentos Ilan Arbetman.

Para ele, não houve nenhum “cavalo de pau”, como um anúncio de subsídio ou represamento de preços, como ocorreu em 2015, o que está fazendo as ações da companhia subirem expressivamente no pregão de ontem na Bolsa de valores. As ações da Petrobras fecharam o pregão com alta: as preferenciais (PETR4) subiram 2,49%; e as ordinárias (PETR3), 2,24% (leia mais na Pág. B3).

“Agente tem de dar um tempo para ver como será, na prática, quando o preço do (petróleo do tipo) Brent tiver mudanças mais bruscas”, afirma Arbetman. “O teste da nova política vai ser quando o Brent alcançar US\$ 100 (o barril).”

#### COMBUSTÍVEIS MAIS BARATOS.

Em Brasília, ao lado do **ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira**, o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, anunciou a queda da gasolina em R\$ 0,40 por litro; o diesel, em R\$ 0,44 por litro, e o GLP, em R\$ 0,69 por litro. Segundo dados da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), que leva em conta o PPI, a gasolina estava 15% mais cara no mercado interno desde meados de abril e poderia ter queda de R\$ 0,42; o diesel era negociado 9% acima do preço internacional, com margem para redução de R\$ 0,28. Já o gás de cozinha, segundo o Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), estava 63% mais caro, com janela para uma queda de R\$ 1,25.

Ao dar adeus ao PPI, o ministro Silveira disse que essa referência “era uma mentira e um crime contra o povo brasileiro, pois impunha uma algema, uma mordada”.

“Quando subir (o preço do petróleo), o nosso preço vai subir, mas não com a volatilidade que ocorreu em 2021 e 2022, disse o presidente da estatal, referindo-se ao governo Bolsonaro, que manteve o PPI, implantada em 2016, durante o governo Temer.

**Seção: Economia****Autor:****Título: Venezuela quer pagar o Brasil com petróleo e energia, diz Mercadante**

A Venezuela cresceu 6% no ano passado e já teria pedido uma mesa de discussão e renegociação de suas dívidas com o Brasil, disse o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, durante entrevista ao Roda Viva, da TV Cultura. Mercadante disse que o governo de Caracas quer quitar o que deve ao Brasil, voltando a fornecer energia elétrica para Roraima e petróleo para o País.

O presidente do BNDES falou sobre a Venezuela ao ser questionado sobre os atrasos nos pagamentos de suas dívidas com o Brasil e se os financiamentos não teriam sido motivados por fatores ideológicos.

De acordo com Mercadante, não houve nada de ideológico porque o Brasil tinha um superávit de US\$ 38 bilhões com a Venezuela e seu governo quis ter alguma compensação. Ocorre que o preço do petróleo despencou no mercado mundial à época e o país passou a enfrentar o embargo econômico dos Estados Unidos, o que o impossibilitou de manter em dia suas contas.

**VEÍCULO: Estado de SP****Data: 17/05/2023****Seção: Economia****Autor: Luiz Eduardo Leal****Título: Papéis da estatal fecham o dia em alta na Bolsa**

As ações da Petrobras foram a surpresa positiva no pregão de ontem da Bolsa de Valores. Após o anúncio da mudança da política de preços da empresa com o fim da paridade com o mercado internacional, os papéis da empresa terminaram o dia valendo R\$ 29,20, para a PETR3 (alta de 2,24%), e R\$ 26,30, para PETR4 (alta de 2,49%).

“O mercado talvez estivesse se preparando para receber algo pior do que veio”, diz Rodrigo Jolig, copresidente e diretor de investimentos da Alphatree Capital.

Segundo o economista da Valor Investimentos Paulo Luives, a mudança na política de preços da Petrobras já era dada como certa, mas ainda havia dúvidas sobre qual seria o novo modelo a ser adotado.

“Já se sabia do abandono da política de paridade internacional”, afirmou Luives. “O que se propõe agora é que a Petrobras seja competitiva, mas, ao mesmo tempo, que os preços sejam bons para os compradores, os refinadores e distribuidores de combustíveis.” Para o economista, a estatal agora vai conseguir evitar “altas repentinas como no início da guerra entre Rússia e Ucrânia”.

#### RESSALVA

Segundo Camila Abdelmalack, economista-chefe da Veedha Investimentos, “há espaço no preço do petróleo que favorece esse corte de preços dos combustíveis no Brasil. Camila, porém, faz ressalvas. “A nova regra para os preços precisa ser melhor compreendida, especialmente em contexto de eventual forte depreciação do câmbio ou de repique nos preços do petróleo no mercado internacional”, disse.

Apesar do bom desempenho dos papéis da estatal, o índice Ibovespa fechou o dia com queda de 0,77% aos 108.193,68 pontos. O fechamento em baixa interrompeu uma série de nove sessões de ganho. Segundo Jolig, depois de uma sequência tão extensa de fechamentos em alta para o Ibovespa, o índice passou ontem por uma acomodação.

Também ontem, após uma sequência de cinco pregões consecutivos de queda, em que acumulou desvalorização de 2,46% e rompeu o piso de R\$ 4,90, o dólar encerrou a sessão em alta de 1,12%, cotado a R\$ 4,9428, com máxima a R\$ 4,9542 no início da tarde.

**VEÍCULO:** Estado de SP

**Data:** 17/05/2023

**Seção:** Economia

**Autor:** José Fucs

**Título:** Nova política causará prejuízo', diz ex-chefe da Petrobras

O ex-presidente da Petrobras Roberto Castello Branco disse ao Estadão que a nova política de preços dos combustíveis anunciada pela empresa ontem deverá gerar “prejuízo” e ter impacto negativo na produção de etanol, cujo preço é

vinculado ao da gasolina, além de levar a uma redução dos dividendos pagos à União e aos acionistas privados e criar “um ambiente de negócios ruim” no setor.

Segundo Castello Branco, a nova política é “vaga”, porque ao mesmo tempo que deixa uma margem para a manutenção da paridade com os preços de importação (PPI), “para se defender das contestações do mercado”, abre espaço para fixar os preços nas refinarias abaixo dos valores praticados no mercado externo, que é o que deve acontecer.

“Quando a Petrobras fala que pode fixar os preços de acordo com o ‘custo marginal’, ela está dizendo que pode fazer isso pela paridade internacional. Mas, quando diz que também pode fixá-los com base no ‘custo alternativo do cliente’, está deixando a porta aberta para praticar preços abaixo dos praticados lá fora”, afirma. “Se a Petrobras quiser se comportar conforme a paridade, ela poderá, mas provavelmente não vai fazer isso, dado que existe uma forte oposição política do governo.”

De acordo com Castello Branco, a nova política de preços da Petrobras poderá “secar” as importações de combustíveis feitas pela iniciativa privada, levando a empresa a realizar ela mesma a compra no mercado internacional, para evitar o desabastecimento interno, já que o País não é autossuficiente em gasolina e diesel.

**VEÍCULO:** Estado de SP

**Data:** 17/05/2023

**Seção:** Economia

**Autor:** Denise Luna

**Título:** Especialistas veem risco maior de ingerência política nos preços

Aumento de influência do governo nas decisões da Petrobras e mais incerteza para importadores estão entre os temores

Com o fim da previsibilidade na política de preços da Petrobras, aumenta o risco de ingerência política nas tarifas de combustíveis, alertam especialistas. “O Brasil é um país que não tem um passado muito bom quando se fala em menos transparência de preços”, diz o sócio-diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), Pedro Rodrigues.

“Será que a Petrobras vai deixar dinheiro na mesa? Se eu estou com dificuldade de entender essa conta, imagina o acionista da Petrobras”, questiona Rodrigues, avaliando que provavelmente o papel da empresa vai sentir o impacto da notícia nos próximos dias.

O economista e CFO da Somus Capital, Luciano Feres, não vê impacto para o consumidor final nos postos de abastecimento, mas prevê maior influência política na empresa e queda no lucro. “Uma política que não segue a paridade não tem como ser positiva”, diz. O presidente da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), Sérgio Araújo, afirmou ao Estadão/Broadcast que a nova estratégia de preços da Petrobras ainda não está clara, à exceção do fato que a “transparência acabou”.

“Eu li até duas vezes o fato relevante e, para mim, não está muito claro não, tem coisas muito subjetivas: como vai ponderar a melhor alternativa do cliente na formação de preço, a margem por refinaria, o preço do produto alternativo. Na minha visão, o que tem de concreto é que a transparência acabou”, afirma.

#### PERDA DE REFERÊNCIA

Para Rodrigues, o impacto da mudança na política de preços da Petrobras será sentido principalmente pelos importadores, que antes conseguiam enxergar com antecedência possíveis reajustes baseados no comportamento do petróleo no mercado internacional. A nova estratégia acaba com a previsibilidade dos reajustes de preços, e ainda fica a dúvida de como a estatal vai operacionalizar as mudanças. “Com o PPI (Preço de Paridade de Importação), havia previsibilidade sobre a tendência do que acontecia”, diz Rodrigues. “Essa previsibilidade acabou.

” A perda de referência pelos importadores também é destacada por Araújo, que disse aguardar mais detalhes sobre a nova estratégia da estatal. “Até agora o que entendi é que o agente dominante (Petrobras), que ainda tem uma parcela muito grande do mercado, está declarando que não tem mais transparência”, destacou Araújo, acrescentando que a Abicom vai continuar publicando a defasagem dos preços internos em relação ao mercado internacional.

#### O QUE DIZ A ESTATAL

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, afirmou que não há nenhum tipo de intervenção do governo na estatal. “Nós (Petrobras) somos parte do governo brasileiro. Não há intervenção nesse sentido de dizer assim ‘bote o preço assim’. Os instrumentos da Petrobras competitivos, de rentabilidade, de garantia da financiabilidade da companhia estão integralmente garantidos.”

**VEÍCULO:** Estado de SP

**Data:** 17/05/2023

**Seção:** Artigos

**Autor:** Alexandre Calais

**Título:** Análise Alexandre Calais: Gestão petista muda política de Temer que pôs estatal de volta aos trilhos

Quando o ex-presidente Michel Temer assumiu o governo, com o impeachment de Dilma Rousseff, consertar a Petrobras era um dos principais desafios. Jogada no centro das falcaturas investigadas na Operação Lava Jato, a empresa vinha de dois gigantescos prejuízos: R\$ 21,6 bilhões em 2014 e R\$ 34,8 bilhões em 2015.

No governo Temer, a presidência da empresa foi entregue a Pedro Parente, com larga experiência tanto no poder público (foi ministro do Planejamento, da Casa Civil e de **Minas e Energia** no governo Fernando Henrique Cardoso) quanto no setor privado (foi presidente da Bunge Brasil). Na gestão de Parente foi gestada a política de reajuste dos preços dos combustíveis da estatal, batizada de Preço de Paridade de Importação (PPI).

Essa política, implantada em julho de 2017, previa preços baseados no mercado internacional – incluindo, além da própria cotação do petróleo, custos como frete, custos internos de transportes e taxas portuárias –, mais uma margem para cobrir riscos operacionais, entre os quais a volatilidade da taxa de câmbio e margem de lucro.

Em junho de 2018, essa política levou um golpe com a greve dos caminhoneiros que paralisou o País. Acuado, o governo flexibilizou um pouco os reajustes, que passaram a ser quinzenais.

Essa política mais previsível, após períodos de forte manipulação dos preços principalmente durante o governo de Dilma Rousseff – em 2014, ano eleitoral, com a inflação estourando, a presidente determinou que a estatal não fizesse nenhum reajuste, para não atrapalhar a eleição –, fez bem à empresa.

Em 2017, a estatal ainda registrou prejuízo, de R\$ 446 milhões. Em 2018, o lucro já foi de R\$ 25,8 bilhões, e desde então a empresa não fechou mais o balanço no vermelho.

A política da Petrobras já vinha sendo questionada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, quando os altos preços dos combustíveis, por conta principalmente da disparada do petróleo com a guerra na Ucrânia, começaram a lhe custar popularidade.

Na nova gestão Lula, mudar essa política passou a ser questão de honra. Na divulgação da nova política de preços, não fica claro como isso vai funcionar. Mas fica sempre o temor de que a gestão petista, de novo, leve em conta questões político-ideológicas na hora de definir os preços, e que a empresa volte a passar pelas turbulências que a levaram aos prejuízos gigantescos da era Lava Jato

**VEÍCULO:** Folha de SP

**Data:** 17/05/2023

**Seção:** Editorial

**Autor:**

**Título:** Barulho na Petrobras

Estatal anuncia política vaga para os preços, mas há sinais de que intervenção maior será difícil

A Petrobras ocupa obviamente lugar de destaque na agenda passadista de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) — a gigante estatal, afinal, espelhou à perfeição os momentos de prosperidade, megalomania, escândalos e, por fim, derrocada das administrações petistas.

Na campanha pelo terceiro mandato, Lula prometeu reviver os dias em que a companhia fixava seus preços não a partir das condições de mercado, mas da diretriz e da conveniência do governante da vez.

No último quadriênio, aliás, Jair Bolsonaro (PL) tentou pôr em prática o mesmo discurso populista, mas suas sucessivas trocas no comando da petroleira surtiram pouco ou nenhum efeito. Não será surpresa se o atual mandatário enfrentar dificuldades semelhantes.

Nesta terça-feira (16), a Petrobras divulgou que adotará uma política diferente para os preços dos combustíveis, em substituição à que vigorava desde 2016 e seguia de perto as cotações internacionais e a taxa de câmbio. Em seguida, anunciaram-se reduções — razoáveis — nos preços da gasolina, do óleo diesel e do gás de cozinha.

Investidores e especialistas do setor tiveram dificuldade em entender o exato teor das mudanças, mas petistas e aliados trataram de propagandear uma nova era, de preços “abrasileirados”. Barulho à parte, a novidade foi bem recebida na Bolsa de Valores por não parecer tão novidade assim.

Há bons motivos para tal leitura. Em seu comunicado um tanto vago, a estatal apresenta uma estratégia mais flexível e menos previsível de reajustes de preços, mas indica que as cotações internacionais e a busca por rentabilidade continuarão sendo decisivas.

Acima disso, seguem em vigor os dispositivos da Lei das Estatais e do estatuto social da Petrobras que restringem a possibilidade de uso da empresa em políticas públicas.

Tudo isso nem de longe significa, claro, que estejam afastados os riscos que pairam sobre a gestão da petroleira. Para além da manipulação de preços, que gerou prejuízos bilionários há poucos anos, não é segredo que o governo pretende expandir novamente o raio de atuação da companhia — o que pode significar investimentos temerários e até reestatizações.

Quando o presidente da República determina o retorno de incentivos à indústria para a oferta de “carros populares”, pode-se ter uma ideia da obsolescência das ideias em curso na administração.

Felizmente, tem havido resistência a retrocessos, como se vê agora, por exemplo, na reação do Congresso Nacional à tentativa de enfraquecer o marco legal do

saneamento básico. Sem prejuízo das realizações do passado, Lula deveria reconhecer os avanços recentes do país e mirar o futuro.

**VEÍCULO:** Folha de São Paulo

**Data:** 12/05/2023

**Seção:** Opinião

**Autor:** Vinicius Torres Freire

**Título:** O efeito da gasolina na inflação

Baixa dos combustíveis ajuda, mas já estava quase toda nas previsões para 2023

A Petrobras baixou os preços dos combustíveis de modo justificável e relevante: mais de 12% no caso de gasolina e diesel, mais de 21% no gás de cozinha (GLP). Vai ter algum impacto na inflação final de 2023, a depender de quanto dessa baixa chegar às bombas e aos revendedores.

No entanto, boa parte dessa redução de preços já estava contada nas previsões para o IPCA deste ano, em torno de 6%. Além do mais, em junho pode voltar o PIS/Cofins integral sobre a gasolina, a não ser que o governo resolva abrir mais um buraco nas suas contas. A volta da cobrança do PIS/Cofins quase anularia a redução de R\$ 0,40 no preço do combustível nas refinarias da Petrobras.

Sim, as pessoas que compram combustíveis vão sentir alguma diferença, é claro. A ver também como esse aumento de renda disponível, tudo mais constante, vai afetar os demais preços.

No debate e na chutometria informada de índices de inflação, porém, o peso da baixa dos combustíveis deve ser pequeno. Deve surtir pouco efeito sobre expectativas de inflação, no que o Banco Central fica de olho.

Um banco estima que sua previsão para o IPCA em 2023 passe de 6% para 5,8%. Outro, mais otimista, de 5,8% para 5,5%. Um terceiro, de 5,9% para 5,8%. Os economistas desses bancos preferem o anonimato, por ora, porque as contas são preliminares.

De qualquer modo, é um tico de notícia boa. No campo da economia, vamos viver assim, da mãozinha para a boca, se tanto. A queda dos preços do petróleo deve ter outros impactos menos visíveis para o público em geral. Como se notava

nestas colunas, a deflação dos preços de atacado é forte. A valorização do real ajuda. Entre março e maio, foi uma das maiores entre 37 moedas acompanhadas rotineiramente pelo FMI.

O Brasil tirou um dos seus tantos bodes mefíticos da sala, com a apresentação do teto móvel de gastos de Lula-Haddad. A aprovação disso que se chama de “arcabouço fiscal” com regras menos relaxadas, com os apertos do Congresso, deve ajudar mais.

Nesse contexto de redução de bodes, taxas de juros altas, contas externas em ordem e déficits externos relativamente baixos ajudam o real a se valorizar.

Também caem as taxas de juros no atacado do mercado de dinheiro, onde se define o piso do custo de empréstimos e as taxas de financiamento de déficits e dívida do governo.

Essas taxas vinham caindo, aos poucos, desde fim de março. Despencaram, de uma semana para cá, apesar do saltinho desta terça-feira (16). Para quase todos os prazos, estão abaixo das registradas no início de novembro de 2022, antes do “Lula Day”.

Foi então que o presidente da República achou conveniente dar caneladas na ideia de controle da dívida pública, na meta de inflação e no Banco Central. As taxas de juros subiram, assim como as expectativas de inflação. Perdemos seis meses por causa de falação contraproducente.

Mas isso é passado, “custos afundados” por assim dizer, ao modo dos portugueses. Dá para aproveitar a janelinha, postigo, de oportunidade. A julgar pelas taxas de juros futuras no atacado de dinheiro, a Selic poderia ir a 11,8% no final do ano. O Banco Central, por ora, insiste em 13,5%. Na mediana das projeções dos economistas privados, a 12,5% e caindo.

É bom lembrar, porém, que esse disco tem um lado B. Preços de petróleo e outras matérias-primas baixam porque a economia mundial esfria. A Petrobras deve pagar menos impostos e dividendos para o governo. Aliás, o BNDES vai pagar também menos.

São algumas dezenas de bilhões que vão fazer falta; vai ser preciso que Fernando Haddad tenha sucesso estrito na sua previsão de aumentar a arrecadação de impostos, que são também um risco para a inflação. Um déficit grande nas contas federais deste ano pode azedar o caldo outra vez.

**VEÍCULO: Folha de SP**

**Data: 17/05/2023**

**Seção: Opinião**

**Autor: Vinicius Torres Freire**

**Título: Mudança de preço é pequena, na teoria; questão vai ser a prática**

Governo Lula faz barulho com alteração que, em tese, não é grande coisa

O que muda na definição dos preços dos combustíveis e outros produtos da Petrobras? Em teoria, nada, ou quase isso.

Na prática, vamos saber apenas depois de alguns meses, a depender do que será feito dos preços, de sua relação com as cotações internacionais, e do que será o resultado da empresa. Afora no caso de exageros muito evidentes e grosseiros, será preciso esperar uns dois trimestres. Por ora, a pelo menos, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) marca um gol para a galera. Mas o preço não foi “abrasileirado”. Por ora, ao menos.

A parte mais objetiva do comunicado em que a empresa divulgou o que chamou de nova “estratégia comercial” parece uma nota de rodapé de um livro de introdução à micro-economia. É tão óbvia quanto genérica. Mas obscurece o método de definição de preços, que fica mais complicado, talvez regionalizado.

A definição do preço vai depender, pelo que se pode depreender: 1) do valor cobrado pelos concorrentes (alternativas do cliente), bidu; 2) da melhor combinação (um ótimo) entre produção e importação, dados custos e alternativas de preços de compra e venda, que ficam decerto mais obscuros

agora. Custos: do petróleo, do refino, de capital, sabe-se lá em qual combinação e peso.

Mas o preço básico de referência dessas contas é, grosso modo, a cotação internacional. Por falar nisso, o próprio presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, disse que será “mantida a referência de preço internacional”.

Dada a complexidade que é a definição de uma combinação ótima de produção de refinados e preço de venda na Petrobras, entre outras complicações razoáveis, é muito difícil ter noção exata do resultado dessa conta, afora, repita-se, no caso de defasagens muito grandes e grosseiras.

Por falar nisso, de 2005 a 2010, nos anos, Lula 1 e 2, o preço da gasolina da Petrobras flutuou um tanto acima ou um tanto abaixo do preço internacional, segundo a série compilada e os cálculos do Cbie (Centro Brasileiro de Infraestrutura). Parecia razoável.

Nas contas deste jornalista, em 41 meses o preço da gasolina na refinaria (sem Cide e PIS/Cofins) ficou abaixo da cotação internacional de interesse para o Brasil (incluído frete e armazenagem); em 31 meses, acima. Nos anos de Dilma Rousseff 1, no entanto, o preço ficou acima do internacional em apenas dois meses.

Manter preços abaixo do internacional pode prejudicar também o abastecimento. O país importa um quarto do diesel que consome. Se o preço estiver baixo, outras empresas não importarão. Para não haver desabastecimento, a Petrobras vai ser obrigada a importar, com prejuízo adicional.

Quanto à política de preços da Petrobras, é preciso lembrar que o estatuto de 2020 da empresa e a Lei das Estatais ainda estão valendo. Em tese, essas normas impõem limitações importantes à manipulação política de preços da companhia. Na prática, pode não ser assim, exatamente. Mas bulir demais com preços —e, pois, prejudicar resultados— pode dar rolo, processo aqui e lá fora, revolta de acionistas minoritários ou outros interessados.

Sim, o governo pode propor uma alteração da lei e do estatuto. Politicamente, por ora, não vai ser muito fácil. Obviamente, vai levantar suspeitas de intervenção maior na empresa, com as repercussões financeiras previsíveis.

A Petrobras pode adotar políticas orientadas pela União, “de modo a contribuir para o interesse público que justificou a sua criação” dizem a Lei das Estatais e o estatuto da empresa. Mas apenas se pode sujeitar a companhia a condições diversas daquelas de mercado quando tal política: - “I - estiver definida em lei ou regulamento, bem como prevista em contrato, convênio ou ajuste celebrado com o ente público competente para estabelecê-la, observada a ampla publicidade desses instrumentos; - II - tiver seu custo e receitas discriminados e divulgados de forma transparente, inclusive no plano contábil”, entre outras condições restritivas.

A empresa deverá ser compensada por eventuais perdas. O estatuto apenas detalha e expande o que está na Lei das Estatais, onde está escrito: “Quaisquer obrigações e responsabilidades que a empresa pública e a sociedade de economia mista que explorem atividade econômica assumam em condições distintas às de qualquer outra empresa do setor privado em que atuam deverão:

-“I - estar claramente definidas em lei ou regulamento, bem como previstas em contrato, convênio ou ajuste celebrado com o ente público competente para estabelecê-las, observada a ampla publicidade desses instrumentos; -II - ter seu custo e suas receitas discriminados e divulgados de forma transparente, inclusive no plano contábil”.

**VEÍCULO: Folha de SP**

**Data: 12/05/2023**

**Seção: Opinião**

**Autor: Bruno Boghossian**

**Título: A gasolina e o ‘efeito picanha’**

Durante a campanha, Lula apostou num tripé para puxar pelo bolso segmentos-chave do eleitorado. A volta do Bolsa Família buscava garantir a fidelidade dos mais pobres. O reajuste do salário mínimo tinha como alvo o trabalhador do degrau seguinte da escada de renda, enquanto a gasolina mais barata tentava seduzir parte da classe média.

O então candidato baseava o cardápio no “efeito picanha”. A ideia de que esses eleitores teriam acesso à carne nobre virou propaganda para uma promessa de

melhora do ambiente econômico, aumento do poder de compra e resgate da memória dos primeiros governos petistas.

Lula teve pressa para dar fluxo às medidas e evitar a frustração precoce do eleitor. Nesta terça-feira (16), a Petrobras anunciou que entregaria o terceiro item do pacote, com uma mudança em sua política de preços e o corte dos valores cobrados pela gasolina, pelo diesel e pelo gás.

A estatal não fez uma jogada radical nem deixou claro como vai formar os preços, mas entregou o que o governo queria: uma oportunidade política num momento em que a tração da economia continua frouxa.

O preço da gasolina é um capítulo importante do manual dos presidentes porque costuma ter alcance amplo e efeito imediato. Em condições favoráveis, pode contribuir para alimentar uma sensação de bem-estar econômico ao transformar cada posto de combustíveis num outdoor a favor do governo.

Ao longo do dia, petistas e aliados tentaram colher os dividendos, ecoando a plataforma da campanha. Pintaram o anúncio como uma demonstração de que Lula cumpre suas promessas, buscaram um contraste com os primeiros anos de Jair Bolsonaro e exibiram o corte como prova das vantagens do controle estatal sobre a Petrobras.

O tiro curto do governo pode atingir quase todos esses objetivos, mas a duração dos efeitos políticos vai depender de outros fatores — desde os detalhes da nova fórmula de preços até a pressão inflacionária sobre outras áreas da vida do eleitor.

**VEÍCULO:** Folha de SP

**Data:** 17/05/2023

**Seção:** Colunas

**Autor:** Fábio Zanini

**Título:** Paineis: Fábio Zanini

Pior que tá fica

Partidos da base do governo fizeram acordo para não apresentar emendas ao arcabouço fiscal. O argumento manifestado aos descontentes, sobretudo no PT

e PSOL, é que o relatório do deputado Cláudio Cajado (PP-BA) é o texto possível, já pactuado com a Fazenda, e que tentar modificá-lo abriria a possibilidade de que a oposição endureça mais as regras. A orientação é para tentar incluir mudanças por meio de sugestões diretamente ao relator, que apresentaria um novo texto consolidado.

Chamada oral

O líder do Republicanos, Hugo Motta (PB), relatou desejo da bancada de incluir no texto do arcabouço a obrigação de o ministro da Fazenda explicar a cada seis meses a deputados e senadores como está a evolução das despesas e receitas. “É até um gesto ao Congresso”, afirma.

50 tons...

Colega de partido da ministra Marina Silva (Meio Ambiente), o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) defende pesquisa sobre a exploração de petróleo na foz do rio Amazonas. Segundo ele, o ponto onde a Petrobras deseja furar um poço fica a uma distância de 580 km da costa. “Não tem nenhuma ameaça ambiental”, diz Randolfe, cujo estado em tese poderá receber benefícios econômicos da exploração.

...de verde

Randolfe esteve nesta terça (16) com o **ministro Alexandre Silveira (Minas e Energia)** discutindo o tema. Como mostrou a Folha, um parecer do Ibama, ligado à pasta do Meio Ambiente, recomenda que o órgão negue a licença ambiental para a Petrobras explorar petróleo na região. Procurados, Marina e o presidente do instituto, Rodrigo Agostinho, não se manifestaram.

**VEÍCULO:** Folha de SP

**Data:** 17/05/2023

**Seção:** Mercado

**Autor:** Alexa Salomão

**Título:** Nova regra e governo serão testados quando petróleo ficar mais caro, afirmam especialistas

O clima foi de alívio entre os investidores da Petrobras nesta terça-feira (16). O pior cenário para os reajustes de preços não se confirmou. A leitura predominante é que não ocorreu a temida volta ao passado, com uma intervenção direta da União no valor dos combustíveis, subsídios para bancar queda de preço e a simples suspensão da paridade com o valor internacional do óleo. A alta nas ações da companhia refletiu esse alívio.

Especialistas em óleo e gás ouvidos pela reportagem, no entanto, recomendam cautela e que se preste mais atenção ao discurso sobre o tema. Se a interferência não ocorreu agora, ela ronda o imaginário do setor público.

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, por exemplo, descartou a leitura de que o fim da paridade na importação como baliza para o preço de petróleo possa ser interpretado como uma intervenção do governo na companhia.

“Não há intervenção no sentido de dizer ‘bote o preço assim’ Não. Os instrumentos da Petrobras, de competitividade e rentabilidade da companhia, estão integralmente garantidos. O que estamos falando aqui é de um modelo que vai garantir a ela ter o melhor preço para o seu cliente, como qualquer outra empresa”

O mesmo Prates, no entanto, lembrou que o fim do PPI (Preço de Paridade de Importação) é o cumprimento de uma promessa, pois a proposta de adotar um novo sistema de reajuste para o preço dos combustíveis no mercado interno foi anunciada ainda durante a campanha por Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e aprovada nas urnas.

“O presidente Lula, quando fez a campanha, disse o que eu estou dizendo aqui: não faz sentido um país lutar pela autossuficiência, não faz sentido todos [os presidentes] desde Getúlio [Vargas] lutarem para ter parque de refino e, depois, a gente praticar o preço do importado como se agente importasse 100%.”

**O ministro Alexandre Silveira (Minas e Energia)** fez comentários similares.

Ao mesmo tempo que garantiu os esforços para a elaboração de um novo sistema de reajuste, que preserve ao preço internacional como referência, disse que a paridade “era abstração, uma mentira e crime contra o povo brasileiro, porque

impunha uma mordada a uma política de competitividade interna dos preços dos combustíveis no Brasil”

O ministro destacou ainda que nacionalizar os critérios de reajuste da Petrobras era apenas o ponto de partida para uma mudança maior. “Era hora de abrigar os preços dos combustíveis”, afirmou. “E o governo Lula vai cobrar de todas as empresas, sejam quais sejam, que cumpram o seu papel social”

O próprio Lula gravou um vídeo e postou no Twitter para comemorar a queda no preço dos combustíveis.

“Hoje, eu estou particularmente feliz, e acho que o povo brasileiro também vai ficar, porque o **ministro de Minas e Energia** e o presidente da Petrobras acabaram de anunciar a redução da gasolina e do óleo diesel em mais de 12%, e a redução do gás de cozinha em 21,3%”, afirmou.

“Vocês estão lembrados que iríamos abrigar os preços da Petrobras e começou a acontecer. É apenas o começo”

Que seja na esquerda ou na direita do espectro político brasileiro, a história mostra que, quando o barril do petróleo sobe, a tentação de segurar o preço dos combustíveis, a qualquer custo, aumenta na mesma proporção. Vale tudo na tentativa de evitar os efeitos nefastos para o bolso dos eleitores e para os indicadores de inflação.

Especialistas do setor de óleo e gás, que preferem não ter os nomes citados, afirmam que apenas o tempo e o comportamento da Petrobras e do governo vão mostrar se as diretrizes anunciadas nesta terça serão seguidas à risca quando houver pressão altista — pois a nova metodologia, por si só, não é uma garantia.

O cálculo do PPI funcionava como uma espécie de seguro de que o governo não interferia nos preços dos combustíveis, uma vez que era baseado numa fórmula fixa.

Além de continuar utilizando o valor internacional como referência, a Petrobras anunciou que passará combinar duas variáveis para definir os preços internos.

O primeiro é o chamado “valor marginal para a Petrobras” em outras palavras, garantir os melhores retornos dentro do plano da companhia. O segundo item é o “custo alternativo do cliente”, que pode variar de acordo as características do mercado com cada região atendida.

Isso significa que os preços podem variar em diferentes locais, mas sempre vão buscar os resultados programados.

Esses dois mecanismos, alertam os especialistas, não se baseiam em critérios objetivos e transparentes, assim, não garantem uma blindagem contra eventuais, interferência da União. Também não há garantia de que a Petrobras, na posição de maior empresa do setor, não vai exercer força monopolista sobre os concorrentes, fornecedores ou mesmo alguns clientes.

Os senadores entenderam a dicotomia que se instalou. Por sugestão do senador Alessandro Vieira (PSDB-SE), a CAE aprovou convite para que Prates explique a mudança.

**VEÍCULO: Folha de SP**

**Data: 17/05/2023**

**Seção: Mercado**

**Autor: Nicola Pamplona**

**Título: Petrobras reduz preços de combustível e muda política**

A Petrobras divulgou nesta terça-feira (16) o novo modelo que vai adotar em substituição ao PPI (preço de paridade de importação), que definia reajustes da gasolina e do diesel com base em simulações sobre o custo de importação dos produtos.

A nova política de preços deixa de considerar o custo de importação e mira a busca por clientes e o custo de oportunidade de venda dos produtos, como já vinha sinalizando o presidente da companhia Jean Paul Prates. A expectativa é que contribua para reduzir os preços no país.

Pouco após o anúncio, a Petrobras divulgou um corte nos preços da gasolina, do diesel e do gás de cozinha, confirmando informações que haviam sido vazadas pelo governo na semana passada. Os valores entraram em vigor nesta terça e já refletem a nova política.

O preço da gasolina nas refinarias da estatal caiu 12,6%, ou R\$ 0,40 por litro. O do diesel, 12,8%, ou R\$ 0,44 por litro. E o do gás de cozinha, 21,3%, ou R\$ 8,97 por botijão de 13 quilos.

O repasse para o consumidor, porém, depende de políticas comerciais de distribuidoras e postos. No caso da gasolina, parte do ganho será compensada pelo aumento do ICMS, no início de junho.

Ao comunicar o novo modelo, a Petrobras disse que não deixará de acompanhar as cotações internacionais do petróleo e seus derivados —segundo a estatal, os reajustes continuarão sem periodicidade definida, “evitando o repasse para os preços internos da volatilidade conjuntural das cotações internacionais e da taxa de câmbio”.

Não foi especificada uma nova referência de valores. A estatal limitou-se a dizer que praticará preços competitivos nos mercados onde atua preservando sua rentabilidade.

Na avaliação do setor de combustíveis, a nova política de preços deixa o mercado sem parâmetro e pode ter impactos negativos tanto em importadores quanto na produção de bio combustíveis no Brasil.

Para analistas, isso amplia o risco de ingerência política na estatal, como as que levaram a prejuízos bilionários com represamento de preços durante a campanha pela reeleição de Dilma Rousseff (PT).

Os reajustes continuarão a ser definidos por um grupo formado por dois diretores e pelo presidente da estatal, com acompanhamento do conselho de administração, que é hoje mais alinhado ao governo do que em gestões anteriores.

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) argumenta, desde a campanha eleitoral, que o PPI punia o consumidor ao cobrar custos de importação sobre produtos produzidos no Brasil e transferia aos postos volatilidades do mercado internacional de petróleo.

Logo após o anúncio, o petista publicou em redes sociais um vídeo da época da campanha, no qual prometeu “abrasileirar” os preços dos combustíveis. “Alguém

aí na sua casa ganha em dólar? Seu salário sobe quando o dólar sobe? Então por que a Petrobras está reajustando o preço da gasolina em dólar?”

A Abicom (Associação dos Importadores de Combustíveis) defende que a falta de referências cria insegurança sobre as operações de empresas que ajudam a suprir o mercado interno e, em último caso, pode causar problemas de abastecimento.

“A falta de transparência gera insegurança para novas importações, gera também insegurança para os outros produtores de combustíveis e para os combustíveis alternativos” diz o presidente da entidade, Sergio Araújo.

O diesel importado representa um quarto da demanda brasileira. No caso da gasolina, esse percentual é de 12,5%. A Petrobras passou a ter que participar mais das importações e hoje é responsável por cerca de metade das compras dos dois produtos no exterior

Com menor previsibilidade de preços, diz Araújo, empresas privadas terão menos segurança para trazer os produtos, já que são necessários ao menos 60 dias entre o momento da compra e a chegada da carga ao país. Ou seja, entre a compra e a venda, o preço pode mudar para valores que as companhias terão menos capacidade de prever, afirmam.

O mercado de etanol hidratado, por sua vez, é totalmente relacionado aos preços da gasolina: quando esta está barata, o consumidor deixa de consumir o biocombustível, que tem rendimento menor

No primeiro governo Dilma, com os preços dos combustíveis represados, o setor de cana-de-açúcar enfrentou uma das piores crises da sua história. Com elevado endividamento para expansão em anos anteriores, viu as vendas despencarem, levando dezenas de usinas à falência.

Na época, palavra final sobre reajustes nos preços dos combustíveis era dada pelo governo, como contou a ex-presidente da Petrobras Graça Foster em depoimento ao Ministério Público Federal.

A implantação do PPI foi uma resposta a essa crise, com a tentativa de criar uma fórmula que blindasse a Petro-

bras de novas pressões para segurar preços.

Representante de minoritários no conselho à época, Mauro Cunha vê riscos de um retorno ao passado, com novas interferências em caso de alta dos preços. “O comunicado [da Petrobras] é confuso propositadamente”, afirma.

Para ele, a eliminação de um parâmetro internacional de preços fere as leis do petróleo e de defesa da concorrência, que determinam que a Petrobras atue em um sistema de livre competição em condições de mercado e impedem abuso de poder econômico por agentes dominantes.

Esse último ponto é levantado por um executivo ligado a distribuidoras regionais: ao permitir praticar preços diferentes por tipo de cliente, a Petrobras pode dificultar a vida de empresas de menor porte.

Essas companhias têm menor volume de vendas e acesso a crédito do que as grandes distribuidoras que dominam o mercado e, portanto, veem menos possibilidade de obter preços melhores como estatal.

Defensora de preços menos alinhados ao mercado internacional, a Associação Brasileira de Revendedores de Combustíveis Independentes e Livres também questiona a falta de detalhes sobre a nova política de preços.

“A transparência é fundamental para que todo o mercado compreenda o que passará a ser feito para atingir os objetivos ali apresentados e passem a rever suas estratégias de concorrência, investimentos e compra.”

**VEÍCULO:** Folha de SP

**Data:** 17/05/2023

**Seção:** Mercado

**Autor:** Marcelo Azevedo

**Título:** Ação da Petrobras sobre; mercado espera definição mais clara sobre política

As ações da Petrobras fecharam em alta nesta terça-feira (16), após a petroleira ter anunciado que vai abandonar o PPI (Preço de Paridade de Importação) e adotar uma nova política de preços para o diesel e a gasolina. Para analistas, o modelo anunciado não é uma mudança drástica em relação ao anterior e diminuiu preocupações sobre possíveis interferências na empresa.

Apesar da reação inicial positiva, o mercado espera definições mais claras da nova política. A estatal teve alta de 2,49% em suas ações preferenciais, que foram as mais negociadas da sessão, no pregão desta terça. Já as ordinárias registraram ganho de 2,24%.

Segundo a Petrobras, o novo modelo vai considerar a busca por clientes e o custo de oportunidade de venda dos produtos. As cotações internacionais, porém, ainda serão acompanhadas, e os reajustes dos combustíveis continuarão sem periodicidade definida.

Em comunicado, o presidente da estatal, Jean Paul Prates, disse que a estratégia comercial tornará a Petrobras mais eficiente e competitiva.

“As expectativas sobre a mudança de preços eram muito baixas. O mercado esperava que a Petrobras não seguisse mais uma política de mercado, tentando, de certa forma, segurar preços mais baixos, como no passado. Pelo entendimento dessas mudanças, parece que isso não vai acontecer”, diz Federico Nobre, analista da Warren Rena.

Para Nobre, a política continua seguindo referências do exterior, mas aliada ao cenário interno, adotando uma postura de evitar repassar volatilidade para o mercado doméstico.

“A mudança removeu um excesso de preocupação sobre uma possível política de subsídio de preços dos combustíveis ou de importação de gasolina pela Petrobras. Sim, a nova política indica uma postura mais agressiva da nova gestão e provavelmente margens mais baixas no negócio de refino, mas pequenos ajustes na política de preços não devem gerar mudanças significativas” disse o BTG Pactual em relatório.

Analistas destacam, ainda, que a nova política é similar ao PPI e que não houve anúncios em áreas sensíveis ao mercado.

“Muito pouco mudou em comparação ao que o mercado esperava de interferência. Nada sobre a Lei das Estatais ou o estatuto social da Petrobras foi alterado. Parece mais uma mensagem do governo de que está fazendo algo sobre o preço dos combustíveis do que uma mudança efetiva” afirma Gabriel Meira, sócio da Valor Investimentos.

“Pelo que foi divulgado, alguns parâmetros serão alterados, mas o processo de reajuste dos preços vai ser muito parecido com o que já era adotado. Ainda haverá um alinhamento aos preços internacionais, e não há sinais de que a Petrobras vai importar gasolina, por exemplo. A mensagem acabou sendo positiva”, diz Max Bohm, estrategista de ações da Nomos.

Ele diz, porém, que possíveis mudanças na política de distribuição de dividendos da companhia seguem sendo uma preocupação.

A apreensão é compartilhada por Mateus Haag, da Guide Investimentos, que afirma que as especulações sobre o novo conselho de administração da Petrobras nos últimos dias eram negativas, em especial sobre a política de dividendos.

Para a Guide, a nova política é menos transparente e o abandono de paridade de importação é um passo negativo para a empresa. A casa acredita que novas mudanças ocorrerão, inclusive na política de dividendos.

A Bolsa caiu 0,77%, e o dólar subiu 1,06%, para R\$ 4,94;

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 17/05/2023**

**Seção: Economia**

**Autor: Letycia Cardoso**

**Título: Ações da Petrobras sobem 2,5 % com nova política**

Mercado financeiro esperava regra mais dura, sem referência ao mercado internacional, o que afetaria o caixa da estatal

Apesar da queda da cotação do petróleo no exterior e do anúncio de mudança na política de preços dos combustíveis, as ações da Petrobras fecharam em alta ontem. As ordinárias (com direito a voto) subiram 2,24% para R\$ 29,20, enquanto as preferenciais tiveram valorização de 2,5%, indo a R\$ 26,30.

Paulo Luives, economista da Valor Investimentos, explica que os papéis já haviam caído bem porque acreditava-se que a paridade internacional seria completamente abandonada. Porém, a nova política anunciada manteve os preços do exterior na fórmula de preço. E os reajustes mais espaçados, em sua visão, já estavam no preço.

Além disso, a intenção da Petrobras de se tornar mais competitiva, praticando preços melhores que os de seus concorrentes, passa a mensagem que a empresa está buscando proteger sua fatia de mercado.

— Precisamos entender como vai ser a prática. Porém, a princípio, a regra visa a dar sustentabilidade financeira para a companhia e ainda olhar para os preços, o que é importante porque o petróleo é componente relevante da inflação — diz Luives.

Guilherme Karnal, assessor de investimentos da Ável, acredita que as ações subiram porque o mercado estava pondo no preço da ação uma mudança mais drástica, o que poderia afetar negativamente o caixa da companhia:

— Hoje a Petrobras não atende 100% da demanda. Implementando essa mudança, é possível ter um aumento do caixa, embora haja algum risco de desorganizar o setor.

Analista da Mirae Asset, que acompanha o setor, Pedro Galdi diz que o anúncio não foi “tão duro quanto se esperava”, o que refletiu na alta dos papéis. Ele sugere ainda que clientes da estatal, como Ipiranga, BR Distribuidora e Shell, podem passar a importar menos combustíveis para comprar da Petrobras.

—Acabou o PPI (política de paridade internacional), mas o preço internacional ainda é, de certa forma, referência — explica Galdi. —A Petrobras deve praticar preço diferenciado de combustível nos estados, dependendo da refinaria mais próxima, o que cria ambiente de competição. O mercado vai se adaptar.

O sócio da casa de análise Quantzed Leandro Petrokas aponta que a parada de produção de um campo da 3R Petroleum também ajudou.

—Pode ter um pouco de influência dos investidores migrando da 3R Petroleum para a Petrobras. As ações da 3R caíram forte hoje.

Flavio Conde, da Levante Investimentos, faz um alerta: pode haver perda de

receita, o que pode ser negativo para os investidores.

**VEÍCULO:** O Globo

**Data:** 17/05/2023

**Seção:** Economia

**Autor:** Carolina Nalin

**Título:** Na bomba, gasolina deve cair 8%, estimam analistas

Já preço final do gás de cozinha cairá 15%. Efeito na inflação anual, porém, será limitado pela mudança na cobrança do ICMS

A redução nos preços da gasolina, do diesel e do GLP (gás de cozinha), anunciada pela Petrobras no mesmo dia da divulgação da nova política de preços adotada pela estatal ontem, vai reduzir os preços na bomba entre maio e junho. Mas a queda esperada pelos analistas — de 8% para gasolina e 15% no gás de cozinha — deve ser anulada pela mudança na cobrança do ICMS sobre a gasolina e etanol, prevista para entrar em vigor em junho. No fim das contas, analistas explicam que é um jogo de “soma zero” em relação à inflação. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve encerrar o ano em torno de 6% ou ligeiramente menor.

André Braz, coordenador dos Índices de Preços do Ibre/ FGV, estima que a redução de 21% do GLP nas refinarias corresponderá a uma queda próxima de 15% para o consumidor, ao passo que a redução de 12,6% da gasolina na refinaria deve cair para 8% sobre os preços praticados nas bombas.

Braz estima que a queda no custo do gás de cozinha e da gasolina deverão contribuir, juntos, para uma redução de cerca de 0,6 ponto percentual da inflação em maio e junho. Seu efeito será dividido entre os dois meses, já que o reajuste foi anunciado na metade deste mês, passando a valer, portanto, a partir do dia 17.

O economista ressalta, porém, que a mudança no ICMS deverá levar a um aumento entre 10% e 12% do preço da gasolina, compensando o impacto positivo que a redução anunciada pela Petrobras exercerá sobre o indicador no ano. O valor do ICMS que incidirá sobre a gasolina será de R\$ 1,22 por litro a partir de 1º de junho.

—Vai ser uma baita contribuição para segurar a inflação nesses dois meses. Mas uma parte dessa queda pode ser devolvida em julho.

Já a redução do diesel, que têm peso menor sobre o orçamento familiar, deverá ter seu impacto diluído sobre os demais produtos e serviços investigados pela

pesquisa do IBGE. Segundo Braz, como o diesel influencia o preço do frete e do ônibus urbano, seu efeito poderá ser gradualmente percebido nos próximos meses, na produção agrícola.

#### LEVES REVISÕES NO IPCA

O efeito geral das reduções anunciadas pela Petrobras sobre a expectativa de inflação para o ano é pouco significativo, diz Braz:

— Isso não altera muito a expectativa. A inflação cai agora, mas volta a subir em julho. Isso neutraliza esse efeito. Mantivemos a estimativa para o IPCA em torno de 6,2% em 2023.

Alguns analistas estão revisando levemente as projeções para este ano, como Mirella Hirakawa, da AZ Quest. A projeção para o IPCA de 2023 caiu de 5,9% para 5,8%:

— Já tínhamos na nossa conta parte dos reajustes anunciados hoje. Esperávamos uma redução de R\$ 0,30 para o litro de gasolina e veio R\$ 0,40. Além disso, somando a revisão dos preços do GLP e do diesel, a projeção para o IPCA foi de 5,9% para 5,8%.

Lucas Farina, economista na Genial Investimentos, vai fazer uma correção maior. Saiu de 6,5% para o IPCA e deve cair para algo entre 6,1% e 6,2%.

Nos cálculos de Alexandre Maluf, economista da XP, a queda da gasolina na bomba deve ser menor que a estimada por Braz. Espera corte de 6,2% nos preços ao consumidor, passando de R\$ 5,49 para R\$ 5,15, em maio. Já no caso do diesel, a queda calculada é de 7%, saindo de R\$ 5,57 para R\$5,18.

Segundo o economista, o fim da política de paridade de importação, o cenário mais benigno para o câmbio e a queda do preço do petróleo Brent no mercado internacional “tendem a tornar tais patamares de preços mais duradouros”. Na avaliação de Maluf, a queda da gasolina mais do que compensa a alta prevista pela mudança do ICMS.

— Depois dos anúncios, fizemos uma redução na projeção do IPCA de maio de 0,49% para 0,27%. E na estimativa de junho, de 0,52% para 0,29%.A gente reconhece um viés de baixa para a projeção do ano de 6,2%. Ainda estamos fazendo ajustes em alguns indicadores, como o câmbio, e isso acaba impactando a inflação. Vamos soltar uma revisão mais acurada até o final da semana—diz.

O Itaú foi outro que cortou sua projeção para o ano. Em relatório, diz que os cortes feitos ontem pela Petrobras vão compensar a alta do ICMS. Com isso, a previsão para o IPCA em 2023 caiu de 6% para 5,8%.

“Olhando para a política de preços da Petrobras poderia haver espaço para corte adicional, provavelmente em julho, caso o preço do petróleo continue próximo de US\$ 75/barril e o câmbio pouco abaixo de R\$ 5.”

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 17/05/2023**

**Seção: Economia**

**Autor: Bruno Rosa e Renan Monteiro**

**Título: Manchete: Petrobras muda política e reduz preço de combustíveis**

Estatual apresenta nova política de preços e reduz gasolina em 12%

Após meses de especulação, a Petrobras anunciou ontem sua nova política de preços de combustíveis, aprovada pela diretoria na véspera. Segundo a estatal, a nova estratégia comercial não refletirá apenas a cotação internacional do petróleo e do dólar, como era desde 2016, no governo de Michel Temer (MDB), com a chamada PPI (paridade de importação). A empresa agora vai levar em conta uma série de parâmetros, mas não apresentou o peso de cada um nem uma fórmula. Também não definiu periodicidade para correção dos preços.

A empresa, que responde por 80% da produção de combustíveis e 90% da de petróleo no país, indicou que vai buscar o preço mais baixo para o consumidor e disputar mercado com concorrentes. Também ontem, anunciou a primeira redução de preços com base nesta nova política. A partir de hoje, gasolina, diesel e GLP (gás de cozinha) estão mais baratos em suas refinarias.

Na Bolsa, a reação dos investidores foi positiva, com as ações da estatal fechando em alta, mas especialistas apontam que o novo modelo eleva o risco de interferência do governo nos preços dos combustíveis e pode afetar a atividade de importadores e concorrentes privados, que têm como referência as cotações internacionais.

Em comunicado divulgado ontem, a Petrobras decretou o fim da “subordinação obrigatória ao preço de paridade de importação” e disse que manterá “o alinhamento aos preços competitivos por polo de venda”. Na prática, poderá praticar preços diferentes nas áreas de influência de suas refinarias, considerando custos locais.

Segundo a Petrobras, a nova política de preços vai refletir custos internos de produção, que consideram capacidade de refino e logística, por exemplo, além

dos diferentes tipos de petróleo produzidos no país. Os preços de importação e exportação de petróleo e derivados também entrarão no cálculo, mas como referência apenas para a parcela que é importada, já que a companhia não produz no Brasil o suficiente para atender a toda a demanda. Haverá uma espécie de personalização do preço, baseado no chamado “custo alternativo do cliente”. Na prática, se houver preço menor na concorrência, a Petrobras vai avaliar a redução de seus valores para manter a competitividade dos seus produtos.

#### SENSAÇÃO DE ‘DÉJÀ-VU’

A partir de hoje, a gasolina passa de R\$ 3,18 para R\$ 2,78 por litro, redução de 12,6%, em média, nas refinarias. É a terceira queda neste ano da gasolina, agora no menor patamar desde agosto de 2021. Segundo a estatal, mantidas as margens de distribuidores e revendedores, o preço médio no posto pode ficar em R\$ 5,20.

No caso do diesel, a queda é de 12,7%, de R\$ 3,46 para R\$ 3,02 por litro, o menor desde julho de 2021. É a quinta redução neste ano. O preço médio nas bombas deve ficar em R\$ 5,18 por litro de diesel S10. A estatal também cortou o preço do GLP em 21,3%, de R\$ 3,23 para R\$ 2,54 por quilo. O preço médio ao consumidor deve ficar em R\$ 99,87 para o botijão de gás de 13kg, incluindo as parcelas de intermediários, nas estimativas da Petrobras.

Segundo a estatal, a redução tem “como objetivos principais a manutenção da competitividade” e “a participação de mercado necessária” à rentabilidade de suas refinarias “em equilíbrio com os mercados nacional e internacional”!

Especialistas concordam que o ambiente atual é favorável à redução de preços de combustíveis, já que a cotação internacional do petróleo caiu para o patamar de US\$ 75 por barril, e o real passa por uma valorização diante do dólar, negociado abaixo dos R\$ 5. Problemas podem surgir quando a conjuntura estiver no sentido contrário.

Segundo Marcelo de Assis, diretor da área de Exploração e Produção da consultoria Wood Mackenzie, há o risco de o Brasil repetir erros como os do governo de Dilma Rousseff (PT), quando a Petrobras teve prejuízos bilionários em vez de repassar para os preços a alta nas cotações do petróleo e do dólar, numa tentativa frustrada de controlar a inflação.

—Assumindo que a paridade foi abolida e que a Petrobras diz que vai evitar repassar a volatilidade de preços, existe o risco de voltarmos ao passado, quando custos eram absorvidos pela empresa e, no final, pelo contribuinte brasileiro — diz Assis. — Seguimos num ambiente volátil, com mudanças bruscas na cotação

do petróleo e no câmbio, que podem pôr à prova a nova política. Infelizmente, sob certos aspectos, estamos num déjà-vu. Na última vez, não terminou bem.

Amance Boutin, especialista em combustíveis da Argus, também vê risco político: —Ao multiplicar critérios e acrescentar fatores inerentes à operação da Petrobras na definição do preço, abre-se espaço que pode justificar manter inalterado ou até reduzir o preço num momento em que cotações internacionais sobem.

#### PRATES NEGA INTERVENÇÃO

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, negou que as mudanças representem maior intervenção do governo na estatal e afirmou que a rentabilidade da economia está assegurada. O executivo argumentou que a nova política “recupera” a liberdade da empresa para “fazer preços”. Prates destacou a queda do preço do botijão de gás, que pesa mais no orçamento das famílias mais pobres, abaixo dos R\$ 100 pela primeira vez desde outubro de 2021. Ele lembrou que a mudança no cálculo dos preços da Petrobras foi uma promessa de campanha do presidente Lula:

— Não há intervenção. É uma vontade política que foi eleita —disse Prates ontem, em encontro com o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, em Brasília. —É um modelo em que a Petrobras vai ter o melhor preço para seu cliente, como qualquer empresa. Aproveitamos ativos brasileiros em favor dos brasileiros. Nós nos “alforriamos” de um único fator, que é paridade internacional.

Em um vídeo nas redes sociais, Lula se disse “feliz” com o cumprimento da promessa de “abrasileirar” os preços dos combustíveis. Silveira definiu a nova estratégia como “política nacional de competitividade interna”, tendo a Petrobras como “indutora” do crescimento nacional, com visão social. Ele classificou de contradição aplicar a paridade internacional a 100% dos preços de gasolina e diesel, já que a estatal produz no país a maior parte do que vende. Para o ministro, o corte de preços hoje reduzirá pressões inflacionárias e favorecerá eventual redução dos juros pelo Banco Central.

Os principais pontos da estratégia

> Sem PPI: A nova política de combustíveis da Petrobras elimina a paridade obrigatória dos preços internos aos praticados no exterior, seguindo a cotação internacional do petróleo. Esse fator vai entrar no cálculo somente para a parcela de derivados que a empresa tem que importar para atender à demanda.

> Custos locais: A definição dos preços passa a levar em consideração custos internos de produção, além dos diferentes tipos de petróleo produzidos no país, mas não foi apresentada uma fórmula ou cronograma fixo de ajustes.

> Competitividade: Regiões poderão ter preços diferentes com base nos custos locais. Se houver preço menor na concorrência, a Petrobras pode reduzir os seus.

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Data:** 17/05/2023

**Seção:** Economia

**Autor:** Henrique Lessa

**Título:** Petrobras diz que preço médio da gasolina deve cair para R\$ 5,20

A Petrobras confirmou ontem a mudança na política de formação de preços dos combustíveis, com o abandono da fórmula de Paridade de Importação (PPI). E anunciou também a redução, a partir de hoje, dos valores cobrados das distribuidoras pela gasolina, o diesel e o gás de cozinha. Segundo o presidente da empresa, Jean Paul Prates, no caso da gasolina, a redução será de 12,6%, o que deve se traduzir num corte do preço médio na bomba, para o consumidor, de R\$ 5,49 para R\$ 5,20 por litro no país. As distribuidoras e os postos, porém, têm liberdade de fixar seus preços.

No caso do diesel, a redução foi de 12,8% para as distribuidoras, o que, segundo Prates, levará o preço na bomba de R\$ 5,57 para R\$ 5,18 o litro. Já o gás de cozinha terá queda de 21,3%, informou. “A melhor notícia é que baixamos o valor do botijão para menos de R\$ 100. É a primeira vez, desde outubro de 2021, que teremos um botijão de gás com preço médio abaixo de R\$ 100”, comemorou Prates, durante entrevista coletiva.

A nova política de preços de combustíveis da Petrobras não vai mais atrelar automaticamente os valores cobrados no mercado interno à cotações internacionais em dólares, como era na PPI. Em vez disso, a estatal levará em conta também os custos internos de extração do petróleo, em reais, e passará a adotar como parâmetro o “custo alternativo ao cliente”, ou seja, o menor valor que o cliente pode pagar pelo combustível, respeitando uma margem de lucratividade da companhia.

#### PUBLICIDADE

Para o ministro das Minas e Energia, Alexandre Silveira, a nova estratégia vai dinamizar a empresa e garantir uma maior competitividade do setor de combustíveis no país. Segundo ele, a companhia deve se tornar ainda mais atrativa para os investidores “sérios, de longo prazo”.

“A nova diretriz, além de servir como uma política comercial mais adequada para competir internamente, vai tornar os preços mais atrativos para o consumidor,

diminuir o impacto na inflação e ajudar o Brasil. Inclusive, sensibilizar o Banco Central para diminuir os juros”, disse Silveira.

Petrobras anuncia redução no preço do diesel, gasolina e gás; confira

Nova estratégia: Petrobras muda política de preço do diesel e gasolina

Petrobras revê política de preços

Volatilidade

Para Prates, o “abrasileiramento” dos preços vai garantir uma menor volatilidade dos combustíveis no mercado nacional. Ele ressaltou, contudo, que os preços internacionais vão continuar sendo uma referência para calcular os preços, mas não será a única.

“É menos sujeição à volatilidade especulativa. Nós vamos ter o efeito da referência internacional, mas ele vai estar refratado em uma série de fatores nacionais, com o abrasileiramento dos preços. Nós não estamos afastando os efeitos da referência internacional, mas estamos colocando um filtro com a capacidade que a empresa Petrobras tem de refino e de produção”, afirmou o presidente da estatal.

Com a desvalorização do petróleo nas últimas semanas, a petroleira já vinha praticando preços acima da paridade internacional, em 16% no diesel e 6% na gasolina, conforme os cálculos da Abicom, associação das 392 importadoras privadas, concorrentes da Petrobras.

Para Prates, a mudança garante à estatal poder de formar o seu próprio preço e ampliar, assim, sua base de clientes. “É nada mais do que estabelece o mundo, que é competitividade nos preços, é de forma natural”, pontuou Jean Paul Prates. Sem detalhar exatamente quais mecanismos serão usados para calcular os preços, o executivo afirmou que os reajustes da gasolina e do diesel continuarão sendo feitos sem uma periodicidade definida, sem o repasse constante da volatilidade internacional aos valores internos.

## CAPAS DE JORNAIS



Inteligência artificial

Sam Altman, CEO da OpenAI, alerta sobre ameaça da IA à eleição americana e pede regulação B7



Criptoativos Marco regulatório deverá entrar em vigor sem definição a respeito do órgão supervisor C6



Renúncias fiscais Abertura de dados dá mais transparência e fortalece a democracia, afirma a tributarista Lina Santin A7

Quarta-feira, 17 de maio de 2023  
A01 24 Número 12.751 R\$ 4,00  
www.valor.com.br

# Valor

ECONÔMICO

## Petrobras muda política e reduz transparência na definição de preços

Combustíveis Empresa apresentou a nova estratégia comercial e anunciou cortes nas cotações da gasolina, óleo diesel e gás

Francisco Gêze, Karley Leal, Fábio Coube, Felipe Loureiro, Alessandro Soriano e Rafael Nogueira

A estratégia comercial para o diesel e a gasolina anunciada ontem pela Petrobras deixa incertezas sobre o impacto para a empresa a médio e longo prazos, embora não implique uma mudança imediata em sua política de preços. A principal dúvida sobe como será a implementação da nova regra, especialmente para o cenário de alta de preços, que poderia exigir aumento nos preços dos combustíveis.

principal componente o fim da subota obrigatória do preço de paridade de importação (PI), em vigor desde 2016, que leva em conta as cotações internacionais e o câmbio. O novo modelo continua a considerar o mercado interno, mas também preços nacionais e o perfil dos clientes. O Goldman Sachs destacou a ausência de critérios objetivos para a definição dos valores, o que impede uma avaliação das implicações fiscais da medida.

“Não há intervenção absolutíssima nenhuma”, disse Freitas. Também citou a Petrobras anunciar reduções nos preços dos combustíveis, válidas a partir de hoje. A queda foi possível porque o petróleo e o câmbio permitiram. As cotações das refinarias são de 12,7% no diesel, 12,5% na gasolina e 21,82% no gás de cozinha. Essas quedas vão ajudar a baixar as cotações de gás e de petróleo. No caso do BPA, vão gerar redução total de 0,51 ponto percentual nos custos de produção de gás, juntos.

## Alta de serviços intensivos em trabalho é a maior desde 2017

Anaís Fermanian De São Paulo

Os preços dos serviços intensivos em trabalho — domésticos, cabeleireiros, salões, dentistas etc. — aumentaram mais de 4,20% nos últimos 12 meses encerrados em abril, o nível mais alto desde julho de 2017.

Apesar de o governo reportar uma queda de 201 no índice de preços dos servi-

### Expansão



A empresária Natália Klein, fundadora do NK Store, investe no aumento do número de filiais e abre espaço para novos investimentos, como Puro Rótulos e Coerentes. Página B3

## TSE cassa o mandato de Dallagnol

Isadora Peres De Brasília

O ex-procurador Deltan Dallagnol (Pso) teve o mandato cassado ontem à noite, por unanimidade, no Tribunal Superior Eleitoral. Dallagnol foi coordenador da força-tarefa da Lava Jato. Os ministros concluíram que ele possui intenção de obter, por um meio ilícito, no Tribunal Superior Eleitoral, Dallagnol foi coordenador da força-tarefa da Lava Jato. Os ministros concluíram que ele possui intenção de obter, por um meio ilícito, no Tribunal Superior Eleitoral, Dallagnol foi coordenador da força-tarefa da Lava Jato. Os ministros concluíram que ele possui intenção de obter, por um meio ilícito, no Tribunal Superior Eleitoral.

## Plano de saúde foca margem, mesmo com perda de cliente

Beth Kallin De São Paulo

Após registrar prejuízo conjunto superior a R\$ 10 bilhões em 2022, o foco das operadoras de planos de saúde neste ano é reajustar os preços dos contratos mesmo que os assinantes tenham a perda de clientes, em um movimento contrário ao observado em 2020 e 2021.

Entre os planos de saúde voltados às empresas e médias empresas, os aumentos variam de 10% a 25%. Em alguns casos, os índices de reajuste chegam a ser dois pontos percentuais mais altos do que os praticados no ano passado, segundo levantamento de análises de bureaus que acompanham o setor.

## Impacto social positivo deve ser o 'drive' dos negócios das empresas

Carlo Pereira B2

## O Brasil tem condições de crescer em todas as ditas 'novas economias'

Ana Inoue A13

### Destques

#### BRF põe à venda R\$ 2 bi em ativos

A BRF, Anisa das marcas Sadia e Perdigão, negocia a venda de participações e créditos tributários avaliados em cerca de R\$ 2 bilhões. Um dos potenciais interessados seria o BTG Pactual. A companhia também põe à venda a divisão de pet e bioplásticos industriais. B10

#### Debitantis contra RJ da Light

Um grupo de 26 gerentes e debitantes da Light, agremiados no novo contra a concessão de recuperação judicial da empresa, classificou a como "modelo insustentável de custo", jamais imaginado por aqueles que desistiram inventar o modelo de concessão em favor de serviços públicos. B2

### Indicadores

Indicador	Atualizado	2023	2022
Índice Ibovespa	17/05/2023	127.140,00	127.140,00
Índice Brasil	17/05/2023	127.140,00	127.140,00
Índice S&P 500	17/05/2023	4.140,00	4.140,00
Índice DAX	17/05/2023	16.000,00	16.000,00
Índice Nikkei	17/05/2023	33.000,00	33.000,00
Índice Hang Seng	17/05/2023	16.000,00	16.000,00
Índice ASX	17/05/2023	7.000,00	7.000,00
Índice Euronext	17/05/2023	4.000,00	4.000,00
Índice NYSE	17/05/2023	3.000,00	3.000,00
Índice FTSE	17/05/2023	4.000,00	4.000,00

Entre pioneirismo e solidez.  
Fique com os dois.  
bradesco asset management

## Arcabouço tem pouca resistência entre deputados

Rafael Di Camillo, Marcelo Ribeiro, Vanessa Lima e Guilherme Pinheiro De Brasília

A maioria dos partidos na Câmara dos Deputados deve aprovar o projeto de novo arcabouço fiscal após as mudanças feitas pelo relator, deputado Cláudio Castro (PP-BA), que incluiu regras para conter a expansão dos gastos do governo ao recompor a meta fiscal estabelecida na lei. O acordo fechado entre as bancadas governistas e independentes pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), é que a votação ocorra na próxima semana, sem apresentação de emendas.

# O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875  
JULIO MESQUITA (1862-1927)



Quarta-feira 17 de MAIO de 2023 • R\$ 6,00 • Ano 144 • Nº 47328  
estado.com.br



## Maior poder de fogo contra os russos

Novos mísseis, drones, tanques e blindados enviados pelo Ocidente devem ser suficientes para uma contraofensiva ucraniana, segundo analistas. Até o início de março, só 31% dos tanques e 76% dos blindados prometidos haviam sido entregues. ...A11

E&N Petróleo e combustíveis ...B1 e B2

## Petrobras muda regra de preços e cresce o risco de ingerência

— Fim da paridade internacional afeta 'previsibilidade' de tarifas

A direção da Petrobras anunciou a nova estratégia comercial para combustíveis, em que abandona o preço de paridade de importação parafasolina e diesel. O antigo sistema levava em conta a cotação do petróleo no mercado internacional, o câmbio e o custo da importação. A partir de agora, serão observados o custo alter-

Análise ...B2

Alexandre Calais

Política de Temer pós estatal nos trilhos

nativo do cliente e o valor marginal à própria estatal, o que reduz a transparência e aumenta o risco de ingerência política

nas tarifas, alertam especialistas. A alteração é promessa de campanha do presidente Lula. Na avaliação de analistas, as mudanças não alteram radicalmente o cenário de imediato. O teste ocorrerá quando o preço do petróleo subir. A Petrobras anunciou ontem redução do preço da gasolina (R\$ 0,40 por litro), do diesel (R\$ 0,44) e do gás de cozinha (R\$ 0,69).

Notas e Informações ...A3

O flerte da Petrobras com o atraso

A nova política de preços é confusa e pouco transparente, mas permite ao governo fazer reajustes como quiser.

Lei de Acesso à Informação ...A8

Governo amplia poderes da CGU; Lula ignora sigilos da atual gestão

Apesar do discurso de transparência, petista impôs sigilos sobre viagens e não liberou íntegra de imagens de 8/1.

Por unanimidade ...A9

TSE vê 'manobra' e cassa mandato de Deltan com base na Lei da Ficha Limpa

Magistrados e membros do MP são proibidos de se candidatar se tiverem processos pendentes. Cabe recurso.

Ação da polícia em SP ...A14

Após adoção de câmeras, número de adolescentes mortos cai 81,1%

Equipamento no uniforme de PMS reduziu em 62,7% as mortes em geral decorrentes da intervenção policial.

Vera Rosa ...A8

O plano do Centrão para emparedar Lula

Ross Douthat ...A12

É preciso confrontar Trump para derrotá-lo

Roberto DaMatta ...C5

Por trás do legalismo como ideologia

Reconstrução da Educação ...A16

Caminhos para acolher alunos e recuperar a aprendizagem pós-covid

Em evento do Estadão, especialistas destacaram a necessidade de uma cultura democrática nas escolas, combate às desigualdades e investimento em professores.

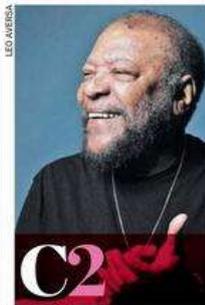
"Queremos uma escola que faça mais sentido"

Kátia Schweickardt, secretária de Educação Básica do MEC

Educação básica ...A17

Avaliação global coloca estudantes brasileiros entre os piores em leitura

Dados de 2021 mostram o Brasil à frente apenas de Irã, Jordânia, Egito e África do Sul em ranking com 57 países.



Música ...C1

Um Martinho da Vila intimista

Em 'Negra Ópera', compositor bebe na fonte do chandomblé e homenageia mulheres pretas e Zumbi

Bisteca sob suspeita ...A9

PF vai apurar compras da gestão Bolsonaro para indígenas

Congresso ...A10

PEC que anistia partidos é aprovada pela CCJ da Câmara

E&N Crise no varejo ...B8

Magazine Luiza tem prejuízo de R\$ 391 mi no 1º trimestre

Edição de hoje

4 CADERNOS - 52 páginas



Caderno A. Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Saúde, Esportes, Para fechar...  
E&N. Destacar Economia & Negócios



C2. Cultura & Compartmento. A fundo



J.C. Jornal do Carro

Tempo em SP  
12" Min. 23" Máx.



# FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 103 ★ Nº 34.377

QUARTA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 2023

R\$ 6,00



Guillermo Rodriguez Adams/Folhapress

**SECA HISTÓRICA CASTIGA ARGENTINA, AGRAVA CRISE ECONÔMICA E COMPLICA GOVERNO DE ALBERTO FERNÁNDEZ**

O produtor Juan Pedro Malacalza em campo de soja seco em Zárate, na província de Buenos Aires; país tem 3 anos de recorde de falta de chuva em área equivalente ao Nordeste brasileiro. Mundo A11

## Bolsonaro e ministro do TSE tiveram reunião secreta

Quebra de sigilo de assessores de Jair Bolsonaro (PL) mostra troca de mensagens em que é citado um encontro sigiloso com o ministro do TSE Carlos Horbach no Alvorada. A reunião teria ocorrido no dia 16 de outubro de 2021, sem registro oficial. Dias depois, Horbach se posicionou a favor de Bolsonaro em julgamento para cassar a chapa do mandatário. Procurados, eles não se manifestaram. Política A5



Ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) deixa sede da PF em Brasília. Gabriela Biliá/Folhapress

## Petrobras reduz preços de combustível e muda política

Prates nega interferência; ações sobem após fim de paridade com importações

A Petrobras anunciou sua nova política de preços dos combustíveis, na qual desatrela os reajustes de gasolina e diesel dos valores praticados no mercado internacional. Segundo a empresa, o norte será a busca por clientes e o custo de oportunidade, o que reduziria o desembolso do consumidor. Nenhuma referência foi fixada.

A estatal também comunicou, pouco depois, reduções nos preços da gasolina, do diesel e do gás de cozinha com efeito imediato. O litro da gasolina nas refinarias da estatal cai 12,6% (R\$ 0,40 por litro), e o do diesel, 12,8% (R\$ 0,44 por litro). O gás de cozinha passa a custar 21,3% menos, o que abate R\$ 8,97 do botijão.

O repasse ao consumidor ainda depende de políticas comerciais de distribuidoras e postos. No caso da gasolina, parte do ganho será compensada pelo aumento do ICMS, no início de junho. Em comunicado, o presidente da estatal, Jean Paul Prates, citou a maior flexibilidade para disputar mercados com concorrentes.

Ele negou ingerência do governo: "Não há intervenção no sentido de dizer 'bote o preço assim'". As ações da companhia subiram 2,5%. Especialistas em óleo e gás recomendam cautela, pois a mudança deixa o mercado sem parâmetro e pode ter impactos negativos em importadores e na produção de biocombustíveis. Mercado A15

## Devassa de Moraes expôs círculo do ex-presidente

Decisões do ministro do STF Alexandre de Moraes promoveram devassa na rotina do gabinete de Jair Bolsonaro (PL). Foram expostas em investigação mensagens que tratam desde assuntos corriqueiros até a discussão sobre eventual demissão de Paulo Guedes (Economia). Política A4

**ilustrada C1**  
Mercado da arte cria espaços no Centro-Oeste para atrair recursos da região

**folha corrida B8**  
Folha relança o Folhateen, canal de conteúdos para leitores adolescentes

## Tribunal eleitoral cassa mandato de Deltan Dallagnol

O TSE cassou o registro de candidatura e, portanto, o mandato do deputado federal Deltan Dallagnol (Podemos-PR). Ação teve como base a Lei da Ficha Limpa, que prevê inelegibilidade de procuradores exonerados com processos disciplinares pendentes. Cabe recurso. Política A7

## Mudanças no marco fiscal por relator dividem economistas

Mudanças feitas pelo relator do novo arcabouço fiscal, Cláudio Cajado (PP-BA), na proposta do governo dividem especialistas entre celebrar a inclusão de travas e considerá-las frouxas demais. Cajado reduziu a lista de despesas livres de limite e criou gatilhos contra gastos se a economia refugar.

Em caso de crescimento abaixo da meta, ficam proibidos, entre outros, reajuste para servidores e a realização de concursos públicos. O risco, segundo o professor do Insper Marcos Mendes, é o governo não acionar essa trava alegando poder usar um conjunto menor de restrições. Mercado A18

## Bruno Boghossian Presidente busca 'efeito picanha'

A Petrobras não deixou claro como vai formar os preços, mas entregou o que o governo queria: oportunidade política num momento em que a tração da economia continua frouxa. O preço da gasolina importa para os presidentes por ter alcance amplo e efeito imediato. Opinião A2

**Investigação de apostas mira lavagem de dinheiro**  
Ministério Público de Goiás busca avançar sobre possível esquema de lavagem de dinheiro e intermediários em fraudes de apostas esportivas. B7

## EDITORIAIS A2

**Barulho na Petrobras**  
Acerca de política para preços dos combustíveis.

**Mulheres à obra**  
Sobre inserção feminina no mercado de trabalho.

semináriosfolha

ao vivo em [folha.com/violenciainfantil](https://www.folha.com.br/violenciainfantil)

## Violência Sexual Infantil

6ª edição

• Abertura (on-line)  
Minidoc "O caso Sophia" (produzido pela TVFolha)

MEDIAÇÃO:  
Cris Guterres  
jornalista, escritora e apresentadora de TV

Gabriel Chalita  
advogado, professor, escritor, foi secretário de Educação do Estado e da cidade de São Paulo

PARTICIPAÇÃO ESPECIAL: Chris Cousto - atriz

AMANHÃ  
15H

ASSISTA ONLINE

Acesse o QR Code abaixo

Saiba mais na página A7

## Elites hoje não apoiam golpes, diz promotor argentino

Luis Moreno Ocampo, promotor-adjunto retratado no filme "Argentina, 1985" em julgamento que levou militares da ditadura à prisão, afirma não ver chance de golpe no Brasil ou em seu país hoje. Ele também critica a falta de coordenação regional contra o crime organizado. Mundo A12

**Assassinatos de jovens pela PM de SP despencam**  
Mortes de crianças e adolescentes pela PM caíram 80% de 2017 a 2022. Queda se acentuou após adoção de câmeras corporais. B2

**Copa do Brasil:** Com um a menos, Flu segura 0 a 0 no clássico com o Fla PÁGINA 26

**Meia trava no golpe:** Site anulou aposta fraudada, mas não denunciou PÁGINA 24

# O GLOBO

Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, QUARTA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 2023. ANO XXVIII - Nº 32.700 - PREÇO DESTE EXEMPLAR NORJ - R\$ 5,00

**GASOLINA, DIESEL E GÁS**

## Petrobras muda política e reduz preço de combustíveis

Paridade internacional deixa de ser única referência. Ações da estatal sobem, mas analistas apontam risco de maior ingerência do governo

A Petrobras anunciou ontem sua nova política de preços, em substituição da paridade de importação, modelo adotado desde 2016 e no qual a referência era a cotação internacional do petróleo e do dólar. Junto da nova estratégia comercial, a estatal divulgou uma redução dos preços dos combustíveis nas refinarias, que, segundo estimativas do mer-

cado, deverá chegar às bombas com uma queda de 8% para a gasolina. No caso do gás de cozinha, a redução esperada é de 15%. A empresa explicou que, além dos preços internacionais, adotará também como parâmetros custos locais e relação com os clientes. Não foi apresentada, porém, uma fórmula ou periodicidade definida para a cor-

reção de preços. Temendo uma mudança mais radical, o mercado financeiro reagiu bem ontem, com alta nos papéis da empresa. Analistas, porém, avaliam que o novo modelo amplia a possibilidade de maior ingerência do governo na política de preços, risco maior quando as cotações internacionais de petróleo e dólar subirem. PÁGINAS 11 e 12



Nas bombas. Gasolina deve cair em média 8% nas ruas

## Bolsa Família estará sujeito a sanções previstas no arcabouço

Relator da nova regra fiscal na Câmara, o deputado Cláudio Cajado afirmou que o programa não estará imune às travas de gastos caso o governo descumpra as metas fiscais previstas na lei, contrariando expectativa do presidente Lula. No entanto, o texto permite ao governo propor medidas de compensação para manter reajustes do benefício. A urgência do projeto será votada hoje. PÁGINA 13

## Governo, oposição e Centrão fazem avançar PEC da Anistia

Em raro alinhamento entre o PT e o PL, contando também com o apoio de siglas do Centrão, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou ontem a chamada PEC da Anistia, proposta que livra de punição os partidos que cometeram diversas irregularidades nas prestações de contas, como não cumprimento dos repasses mínimos a candidatas mulheres e negros. PÁGINA 6

## TSE indefere registro e cassa mandato de Deltan Dallagnol

Em nova derrota da Lava-Jato, o TSE cassou o mandato do deputado Deltan Dallagnol (União-PR), ex-coordenador da operação. O tribunal acatou o argumento de que ele pediu exoneração do MPF para se livrar de investigação interna que poderia torná-lo inelegível. PÁGINA 6

EDITORIAL

INDÍCIOS DE GOLPISMO CHEGAM A BOLSONARO PÁGINA 2

VERA MAGALHÃES

O pragmatismo do presidente para tentar destravar seu governo PÁGINA 2

BERNARDO MELLO FRANCO

Lula mostra pouca disposição de enfrentar ameaças de Lira PÁGINA 3

ZEINA LATIF

Há prioridades e demandas além do carro popular PÁGINA 12



## Temporada de risco no ar

Crime ambiental previsto em lei, a soltura de balões já começou, e a temporada de atividade ilegal se estende até agosto, trazendo risco de incêndios e levando perigo ao tráfego aéreo. Desde o início do ano, funcionários do Aeroporto Santos Dumont já avistaram 69 balões na área. A Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente investiga a associação de quadrilhas de baloeiros com a milícia e o tráfico no Rio e na Baixada Fluminense. PÁGINA 21

## PF vê plano golpista no entorno de Bolsonaro

Após análise de áudios e mensagens, a Polícia Federal afirmou pela primeira vez ter havido um plano golpista de figuras próximas de Jair Bolsonaro. Em depoimento ontem, o ex-presidente negou trama e também disse desconhecer fraude em cartões de vacina. PÁGINA 8

Depoimento?



No flagrante, mais um derretimento do ex-presidente Jair Bolsonaro!

ENTREVISTA/ KLAUS SCHWAB

## 'Países devem ser avaliados pelos critérios ESG'

O mentor do Fórum Econômico Mundial destaca o potencial ambiental do Brasil e sugere ênfase nas novas tecnologias para se desenvolver, em entrevista a LUCIANO HUCK. "Nas revoluções industriais anteriores, o capital era decisivo. Hoje é o talento." PÁGINAS 14 e 15

SEGUNDO CADERNO

## Debates morais sobre fé, liberdade e democracia

Autor de "O rabino do mundo", o jurista GUSTAVO BINENBOIM aborda em entrevista temas como o excesso de informação em contraste com desatenção a temas essenciais e a relação entre a lei e a liberdade.

